

# Dialética



2019

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>PARTE 1 – FILOSOFIA E DIALÉTICA.....</b>	<b>8</b>
<i>ORIGEM SOCIAL DAS IDEIAS.....</i>	<i>8</i>
Sobre a produção da consciência – Karl Marx.....	8
<i>INTRODUÇÃO À DIALÉTICA.....</i>	<i>10</i>
[Dialética] – Milciades Peña.....	10
<i>DIALÉTICA, SOCIEDADE E HISTÓRIA.....</i>	<i>15</i>
[O homem como ser histórico e social] – Karl Marx.....	15
<i>FORMA E CONTEÚDO – LÓGICA FORMAL E DIALÉTICA.....</i>	<i>16</i>
Forma e Conteúdo – Henri Lefebvre.....	17
Forma e Conteúdo – Isaak Rubin.....	17
Extratos sobre Forma e Conteúdo – Lênin.....	17
<i>A CONTRADIÇÃO.....</i>	<i>19</i>
Sobre a contradição dialética - Jadir Antunes.....	20
<i>ABSTRATO e CONCRETO.....</i>	<i>22</i>
Abstrato e Concreto - Henri Lefebvre.....	23
<b>PARTE 2 – DIALÉTICA EM MARX.....</b>	<b>26</b>
<i>O CAPITAL DE MARX E A DIALÉTICA.....</i>	<i>26</i>
O Capital de Marx e Hegel - Lênin.....	26
Marx a Engels, 27 de junho de 1867.....	26
<i>O CAPITAL – KARL MARX.....</i>	<i>27</i>
As Bases Objetivas do Fetichismo da Mercadoria - Isaak Rubin.....	27
CAPÍTULO 4: Transformação do Dinheiro em Capital - Karl Marx.....	27
CAPÍTULO 21: Reprodução Simples - Karl Marx.....	30
CAPÍTULO 22: Transformação de Mais-valia em capital - Karl Marx.....	32
O Movimento Dialético Da Consciência Em <i>O Capital</i> De Marx – Jadir Antunes.....	33
<i>O MÉTODO DIALÉTICO DE O CAPITAL.....</i>	<i>36</i>
O método em Marx - Jindrich Zeleny.....	36
Pós-fácio da Segunda Edição de <i>O Capital</i> – Karl Marx.....	37
História, forma e conteúdo em <i>O Capital</i> – Roman Rosdolsky.....	39
Teses para a dialética como método de exposição - Hans Friedrich Fulda.....	40
Desenvolvimento dialético – Chris Arthur.....	41
Modo de exposição – Chris Arthur.....	42

O Método da Economia Política – Karl Marx, <i>Grundrisse</i> .....	43
--	----

## **PARTE 3 – DIALÉTICA: POLÍTICA E MORAL.....45**

### ***DIALÉTICA E POLÍTICA*..... 45**

Sobre Lassale – Karl Marx.....	45
Sobre Proudhon – Karl Marx.....	45
Partido, Classe e Direção. A Penetração Dialética – Leon Trotsky.....	45
Crise e Revolução - Trotsky.....	46
Dialética e Metafísica - Trotsky.....	47
Uma oposição pequeno-burguesa no Socialist Workers Party – Leon Trotsky.....	48
Capitalismo de Estado na Rússia - Tony Cliff.....	52

### ***DIALÉTICA E MORAL*..... 53**

Interdependência dialética entre fins e meios – Trotsky, Moral e Revolução.....	53
Como Encaram Teórica e Praticamente Nossos Mestres o Problema Moral – Nahuel Moreno.....	55
[Sobre a violência] – Leon Trotsky.....	55

### ***DIALÉTICA: OPORTUNISMO, CENTRISMO SECTARISMO*..... 56**

Carta Aberta ao camarada Burnham – Leon Trotsky.....	56
Sobre Stalin – Leon Trotsky.....	59
Sectarismo, Centrismo e a IV Internacional – Leon Trotsky.....	59

# INTRODUÇÃO

A dialética foi, historicamente, sem dúvida alguma, uma das noções mais vulgarizadas em toda tradição marxista. No lugar de ampliar os horizontes, as abordagens tradicionais do tema o estreitaram. Longe de superar as concepções burguesas, o tratamento dado a dialética em manuais de marxismo transformaram-na em uma concepção burguesa de segunda categoria. Duas são as distorções mais correntes:

1) A generalização da dialética em um adjetivo universal de tudo: tudo é dialético. Ora, se tudo é dialético, então a dialética não serve para absolutamente nada. Evidentemente, qualquer conceito, uma noção ou concepção apenas serve para alguma coisa se é capaz de diferenciar, de separar, de delimitar e determinar. Um conceito que se aplica indistintamente a tudo pode ser jogado na lata do lixo sem o menor receio. Por exemplo, se dizemos que todos os indivíduos do mundo pertencem a uma e somente uma classe social, para que serviria esse conceito de classe social? Para absolutamente nada. Além disso, que seria afinal esse é dialético? É um espírito que perpassa tudo? Uma lei divina? Ou uma partícula passível de ser detectada pela experiência? Se pensarmos bem, essa afirmação "tudo é dialético" não é muito diferente de "tudo emana de Deus" e outras análogas. Metafísica de segunda categoria.

2) Em outros casos, a dialética foi transformada em concepção geral do mundo, cristalizada nas três leis da dialética de Engels, que no fim das contas, não diz nada além de que tudo está em movimento. Alguns autores, como Ernest Mandel, chamam a dialética de a lógica do movimento. Mas o que realmente se quer dizer com essas afirmações?

Na verdade, se quisermos sintetizar em uma frase, a dialética é, metodologicamente, a procura de se compreender um objeto de estudo em si e por si mesmo, nele e por ele mesmo. Nada além disso. Não pode ser, portanto, a lógica do movimento; porque estudar o objeto em si e por si mesmo é respeitar suas relações e conexões internas, sua estrutura própria e inerente, sem aplicar, de fora, qualquer lógica, mesmo que esta lógica se pretenda "dialética". Por isso, a dialética não é um método no sentido corriqueiro do termo. Uma abordagem dialética não impõem de antemão nenhuma lei ao objeto que procura expor dialeticamente, ao contrário, procura encontrar em seu interior e em suas articulações específicas, suas próprias leis. Por isso, é um absurdo falar em "leis da dialética". Para que possamos ter uma ideia mais clara dessas afirmações, é útil comparar a dialética com duas outras concepções não-dialéticas: o empirismo e a metafísica, abordadas aqui de forma simplificada.

## **Empirismo**

- **Ponto de partida:** O empirismo parte da experiência, do que vemos e percebemos diretamente pelos fenômenos que se passam no mundo, do que é sensível.
- **Ponto de chegada:** O empirismo chega a uma teoria, a um conceito, uma forma que nada mais é do que a generalização dos casos empíricos. Assim, o conceito é uma criação da mente humana que a partir da experiência generaliza os casos particulares que sempre se repetem, o que chamamos de indução. Se os

fenômenos mudam, se a experiência passa a dar outro resultado, jogamos o conceito anterior fora e criamos outro.

- **Limites do empirismo:** O grande limite do empirismo é que ele se baseia na crença de que não é possível conhecer as coisas analisadas em sua totalidade. Apenas generalizamos dados da experiência. Se na minha experiência sindical, política ou como cientista as coisas acontecem sempre dessa ou daquela forma, então vai continuar acontecendo, prevê o empirista, sempre da mesma forma. Transformamos esses dados da experiência em um conceito. Assim, o empirismo é normalmente, o método dos oportunistas, que procuram sempre se adequar a uma situação já dada, se adaptar a consciência geral. O método do empirismo é como um médico cujos diagnósticos se baseiam unicamente nos casos anteriores que já foram tratados por ele ou por outros, mas ele se recusa a querer estudar e entender a fisiologia humana, como cada parte do corpo se articula internamente e o faz funcionar. O empirismo é o método do homem prático, pouco apegado à teoria.
- **Forma e conteúdo:** Para o empirismo somente existe o conteúdo, as coisas que percebemos, as coisas sensíveis, os fenômenos. Este conteúdo é concreto. Já as formas, as teorias que criamos por generalização são sempre abstrações, criações da mente. A forma é determinada diretamente pelo conteúdo.

## Metafísica

- **Ponto de partida:** Para o metafísico o ponto de partida é uma teoria, uma forma. Estas formas expressam as leis gerais da realidade estudada. O metafísico busca princípios universais, válidos para tudo. Esses princípios seriam o que os fenômenos têm de mais verdadeiro e essencial. Por trás de todas mudanças, de todas transformações sensíveis existe algo imutável e mais verdadeiro, uma ordem natural. Todos esses fenômenos devem ser estudados a partir desses princípios universais.
- **Ponto de chegada:** De posse desses princípios válidos para tudo, de um sistema formal universal, o metafísico procura deduzir os fenômenos da realidade. Ou, ao menos, aqueles que são verdadeiros. O ponto de chegada é a aplicação do sistema metafísico que deve revelar o que há de verdadeiro sobre todas as mudanças que se passam a luz de nossos olhos.
- **Limites da metafísica:** A metafísica parte do pressuposto de que todas mudanças são sempre regidas por princípios universais e à luz deles, julgam toda realidade material. Nesse sentido, eles negam a experiência ou, então, adéquam sempre a experiência aos seus conceitos. É o método dos sectários, do homem teórico, pouco apegados à atuação prática.
- **Forma e conteúdo:** Para o metafísico a prioridade é sempre da forma. A forma explica, rege e conduz a experiência. Conteúdo e forma são separados. De um lado, o mundo baixo da experiência, de outro o mundo sacrossanto das verdades eternas. Este último rege de forma unilateral o primeiro.

Esta afirmação de que a dialética é a exposição de um objeto em si e por si mesmo, insistimos, possui um profundo significado. Compreender um dado objeto de estudo nele e por ele mesmo, significa dizer que não há nada de exterior que os determine, nenhuma forma fixa: portanto, a dialética é anti-metafísica. O capitalismo, por exemplo, se é verdade que pode ser compreendido dialeticamente, pode ser

entendido a partir de suas articulações internas, sem recorrer a nada de exterior como, por exemplo, uma suposta ordem natural que determina todas as coisas, uma natureza humana fixa e imutável, uma intervenção divina e assim por diante. Por isso, a dialética está em vínculo estreito com o marxismo, cuja concepção materialista indica que o universo material pode ser compreendido a partir de suas articulações internas, sem depender de qualquer imposição exterior. Em resumo: a dialética não ignora a forma, a lógica; mas procura a lógica das coisas, a forma do conteúdo, tal como é e não vê as coisas como expressão de uma lógica e formas eternas.

Mas a concepção dialética é, também, anti-empirista. O conceito não é mera generalização de dados empíricos. O conceito procura traduzir na mente humana articulações e relações reais. Compreender em sua totalidade o objeto estudado. Nesse sentido, não podemos afirmar que as coisas serão como foram antes. É preciso compreendê-la internamente para chegarmos, ou não, a essa conclusão.

Se a metafísica autonomiza a forma e os empiristas autonomizam o conteúdo, a dialética parte do conteúdo e procura suas formas de articulação interna. Por isso, o ponto de partida da dialética não são verdades ou princípios universais, mas os fenômenos que percebemos. Mas o fenômeno é apenas a ponta o iceberg. Temos que, partindo dele, entender como se articula com as outras partes e porque aparece desse modo e não de outro.

Nesse sentido, na presente proposta de curso, não se encontrará nenhum método dialético no sentido corriqueiro, nenhuma lógica dialética e nenhuma concepção de mundo dialética. Porque a dialética é um modo de exposição, é a busca em expor um dado objeto de forma a revelar sua articulação total. O método dialético, se assim podemos chamar, não é usado no início para compreender o objeto investigado ao final. A dialética não é o ponto de partida da investigação, mas o ponto de chegada.

Devemos insistir, enquanto um modo de exposição que procura apreender a realidade estudada em si e por si mesma, a dialética não possui axiomas, isto é, princípios absolutos tomados como ponto de partida para, a partir daí, deduzirmos as demais sentenças. A concepção dialética, também, se diferencia da concepção empirista, segundo a qual o conceito é uma criação da mente humana, puro objeto de conhecimento criado a partir da generalização de dados empíricos. Na concepção dialética, objeto real e objeto do conhecimento não se separam, caminham lado a lado: os conceitos expressam formas de ser, determinações da existência, aspectos e relações da realidade.

Nesse caminho, o primeiro tópico desse curso que chamamos "Dialética e Filosofia" não aborda uma metodologia dialética geral. Nesse tópico, procura-se apenas esclarecer o significado de algumas categorias e indicar o que a dialética não é. Já o segundo tópico, o tema é ilustrado com trechos de capital, indicando como um objeto pode ser exposto em si e por si mesmo, nele e por ele mesmo, no caso, o capital e o capitalismo.

Em seguida, a mesma abordagem é feita para casos mais próximos da realidade militante, procurando, ao mesmo tempo, explicitar como concepções empiristas e metafísicas bloqueiam todo e qualquer projeto revolucionário. Esperamos que temas que, no primeiro dia de curso, pareçam abstratos e difíceis, possam ser concretizados nos dias seguintes.

# PARTE 1 – FILOSOFIA E DIALÉTICA

## ORIGEM SOCIAL DAS IDEIAS

### Sobre a produção da consciência – Karl Marx

[... Nossa] Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria.[...]

Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. **A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela**; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Daí que tal concepção veja na história apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teóricas e, especialmente, que ela tenha de *compartilhar*, em cada época histórica, da *ilusão dessa época*. Por exemplo, se uma época se imagina determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, embora “religião” e “política” sejam tão somente formas de seus motivos reais, então o historiador dessa época aceita essa opinião. A “imaginação”, a “representação” desses homens determinados sobre a sua *práxis* [atuação] real é transformada na única força determinante e ativa que domina e determina a prática desses homens. [...]

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios



da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, quando portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma "lei eterna". [...]

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias a, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. Essa concepção da história, comum a todos os historiadores principalmente desde o século XVIII, deparar-se-á necessariamente com o fenômeno de que as ideias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, ideias que assumem cada vez mais a forma da universalidade. Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. Ela pode fazer isso porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não dominantes e porque, sob a pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pôde se desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Por isso, sua vitória serve, também, a muitos indivíduos de outras classes que não alcançaram a dominação, mas somente na medida em que essa vitória coloque agora esses indivíduos na condição de se elevar à classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou a dominação da aristocracia, ela tornou possível a muitos proletários elevar-se acima do proletariado, mas isso apenas na medida em que se tornaram burgueses. Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então, enquanto, posteriormente, a oposição das classes não dominantes contra a classe então dominante torna-se cada vez mais aguda e mais profunda. Por meio dessas duas coisas estabelece-se a condição de que a luta a ser travada contra essa nova classe dominante deva propor-se, em contrapartida, a uma negação mais resoluta e mais radical das condições até então existentes do que a que puderam fazer todas as classes anteriores que aspiravam à dominação.

(MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007, pág. 43 a ).

## **INTRODUÇÃO À DIALÉTICA**

### **[Dialética] – Milciades Peña**

Vamos a encarar agora o problema da dialética. A dialética é um enfoque que trata de captar toda a realidade exatamente como é, e ao mesmo tempo como deveria ser, de acordo com o que ela mesma contém como potência. A dialética significa conhecer as coisas *concretamente*, com todas as suas características, e não como entes abstratos, vazios, reduzidos a uma ou duas características. Por isso, a dialética significa ver as coisas em movimento, ou seja, como processos; por isso a dialética desvela e estuda a contradição que há no seio de toda unidade, e a unidade a qual tende toda contradição.

O pensamento formal comum, que tem seu coroamento na lógica formal, tende a despojar da realidade a sua imensa riqueza de conteúdo e reduz tudo a esquemas e fórmulas vazias de conteúdo. Por isso a lógica formal diz: "Toda coisa é igual a si mesma" e diz também que "uma coisa é, ou não é". Assim se poupa o trabalho de ter em conta que na realidade viva todas as coisas ao mesmo tempo são e não são, posto que em tudo há movimento; e toda coisa é igual a si mesma mas por vezes é diferente de si mesma, porque em seu seio há diferenças, e ao haverem diferenças há o germe das contradições. Levar em conta essa realidade, não renunciar a seu conhecimento nem falsear seu conhecimento esquecendo a riqueza de conteúdo do real, contentando-se em conhecer partes isoladas e dissociadas de todas menos uma ou duas características; ao contrário, penetrar a fundo na realidade, captá-la tal como é, com sua infinita complexidade, com sua inesgotável riqueza de conteúdos, isso é dialética.

No tempo que dispomos para nossos trabalhos não poderemos estudar a dialética. Para isto – ou antes, para uma introdução ao estudo da dialética – necessitaríamos pelo menos da mesma quantidade de reuniões como as que dedicaremos ao estudo de todo o marxismo. Mas o que é importante é deixar claro o seguinte:

A realidade é maravilhosa e infinitamente rica em complexidade, em contradições, em movimento. Há dois enfoques para conhecê-la;

- Um enfoque mais elementar, mais simples: o enfoque do pensamento comum. Esse enfoque diz: a realidade é excessivamente complexa; não posso captá-la tal como é, pois desse modo não entenderia nada. Para entendê-la tenho que tomar as coisas uma de cada vez, separando-as, colocando-as uma ao lado da outra, evitando que se misturem ou mudem de lugar, ou que se transformem. Esse pensamento, que é abstrato, ou seja, que separa, que reparte o que na realidade está unido, é o pensamento formal abstrato.
- Ao contrário, há um enfoque que tenta captar a realidade como ela é: rica, contraditória, móvel. Este enfoque não se conforma em entender a realidade em partes e esvaziada de conteúdo; ao contrário, exige apreender à realidade com tudo aquilo que ela tem. Esse enfoque é, precisamente, o pensamento *dialético*.

Com isto, fica dito que a dialética não se reduz de modo algum à série de *leis* que os manuais apresentam como dialética: a transformação da quantidade em qualidade, a

unidade dos contrários, etc. [...] Mal adentramos no terreno da dialética quando nos esforçamos em entender quando, onde e em que condições uma quantidade se transforma em uma qualidade, ou um polo se transforma em seu oposto, etc. Ou seja, só entramos no terreno da dialética quando nos esforçamos por captar a realidade viva, em sua totalidade, com seu movimento, suas contradições e suas mutações.

Nas sociedades primitivas o homem pensava concretamente. [...] Por isso a linguagem do homem primitivo pinta e descreve a realidade em toda a sua riqueza: o primitivo não diz "isto" em abstrato, diz "isto que toco", "isto que está muito perto", "isto que está de pé" ou "isto que está ao alcance da minha visão". O primitivo não entende coisas isoladas, vê situações, conjuntos, totalidades.

Mas quando a humanidade começou a dominar a natureza e a conhecê-la melhor, podia e devia criar para si uma formidável ferramenta intelectual, que é o *conceito abstrato*. O homem pôde deixar de ver as coisas em sua totalidade, pôde decompô-las em partes, pôde analisá-las, pôde fazer a abstração. O homem aprendeu a dizer "esse" em abstrato e "essa árvore" sem dizer "esta árvore verde aqui, nesta colina" como dizia o primitivo. Assim, esmiuçando a realidade em partes, pôde avançar o conhecimento. Assim avançaram as ciências naturais. **A lógica formal, com sua afirmação de que uma coisa é ou não o é, coroou esta aspiração do pensamento abstrato e foi um formidável avanço... mas foi, ao mesmo tempo, um enorme passo para trás também.** Foi um avanço pois ela possibilitou aplicar-se a uma análise minuciosa dos elementos e partes integrantes da realidade; permitiu o estudo intensivo dos mesmos e contribuiu para a imensa massa de conhecimentos que constituem as ciências naturais. Mas o pensamento abstrato e a lógica formal significaram também um formidável passo para trás, no sentido em que por muitos séculos se perdeu essa riqueza que caracterizava o pensamento do primeiro, esse frescor da capacidade de apreender a realidade como é, como um todo complexo e em mudança, cheio de qualidades e atributos.

A dialética recupera para o pensamento essa riqueza de conteúdo, essa criação, esse frescor do pensamento do homem primitivo, mas incorpora nele o rigor, a precisão, a exatidão que foram obtidas por séculos de pensamento abstrato e lógica formal.

Como disse Lefebvre, a dialética é a plena captação pelo pensamento humano de toda a efervescência tumultuosa da matéria, a ascensão da vida, a epopeia da evolução, interrompida repentinamente por catástrofes, enfim, todo o drama cósmico. "A verdade está na totalidade", disse Hegel, ou seja, a ideia verdadeira é a superação das verdades limitadas e parciais, que se transformam em erros ao serem consideradas estáticas. Apenas a captação da totalidade, onde se unem o igual e o distinto, o repouso e o movimento, o singular e o múltiplo, ou seja, apenas a captação do concreto pode nos dar a verdade. Nestas fórmulas - que não são fórmulas, mas síntese de toda a prodigiosa evolução do pensamento humano - se contém todo o pensamento dialético e esta é a genial contribuição de Hegel ao pensamento humano.

A lógica formal diz que toda coisa é idêntica a si mesma. Mas para isso é preciso que seja diferente de todas as demais, de modo que a igualdade mais pura já supõe a diferença, no entanto, a lógica formal não considera isto.

Por outro lado, o fato de que a igualdade, mesmo a mais abstrata, contenha em si a diferença, se revela em todo conceito no qual o predicado seja distinto do sujeito. Por exemplo, ao dizer a rosa é vermelha, dizemos que a rosa, sem deixar de ser uma rosa, é vermelha, ou seja, algo diferente de rosa. Se quiséssemos evitar esta diferenciação no seio da unidade, se desejássemos cumprir, rigorosamente, com o princípio lógico formal,

de que toda coisa é idêntica a si mesma e não pode ser idêntica e diferente, então o pensamento seria algo completamente vazio e os únicos conceitos seriam aqueles próprios de tolos, no estilo: a rosa é ... a rosa, a vida é... a vida, etc. *Enquanto quisermos criar conceitos inteligentes, conhecer as qualidades do real e captar sua complexidade, então fatalmente romperemos com a lógica formal e manejaremos a igualdade e a diferença de cada coisa consigo mesma.*

Por isso, explica Hegel

Então a primeira (proposição) delas, o princípio da identidade diz: Tudo é igual a si mesmo é; **A = A**; e contrariamente, **A** não pode ser **ao mesmo tempo A e não A**. Este princípio, em vez de ser uma verdadeira lei do pensamento, não passa de ser a lei do pensamento abstrato... É afirmado que o princípio da identidade, embora não possa ser provado, regula o processo de toda consciência, e a experiência mostra que ele pode ser aceito tão logo seus termos sejam apreendidos. A esta suposta experiência dos livros de lógica é oposta a experiência universal de que nenhuma consciência pensa, ou forma conceitos, ou fala segundo essa lei, e que nenhuma existência de qualquer tipo existe segundo ela. O falar segundo esta pretensa lei da verdade (um planeta é um planeta, o magnetismo é o magnetismo, o espírito é o espírito) é considerado, com plena razão, o falar de um tolo. Isto é certamente uma questão de experiência geral<sup>1</sup>.

Dissemos que a dialética é pensamento concreto e assinalamos as limitações do pensamento abstrato. Mas, o que quer dizer "pensamento abstrato"? Para Hegel:

Quem pensa em abstrato? Limitar-me-ei a citar alguns exemplos: um assassino é conduzido ao patíbulo; para o povo em geral ele não é outra coisa senão um assassino. Talvez as damas, ao vê-lo passar, comentem seu aspecto físico, digam que é um homem forte, belo e interessante. Ao escutar isto, um homem do povo se indignará: Como um assassino pode ser belo? Um conhecido do homem tratará de investigar o decorrer da educação deste criminoso; talvez descobrirá, em sua história, em sua infância ou primeira infância, algum distúrbio na relação entre os pais deste, descobrirá que uma pequena transgressão deste homem fora castigada com demasiada dureza, o que o fez rebelar-se contra a ordem existente, colocando-o à margem desta ordem e o levando ao crime para poder subsistir<sup>2</sup>.

Pois bem, pensar assim, ver todo o processo com seus elementos, isso é o pensar concreto. Ao contrário, o pensar abstrato é o pensamento comum, que não vê no assassino mais do que esta única característica isolada - abstrata - de que é um assassino, a tal ponto que apenas isto destrói e não permite que se veja o quanto há nele da natureza humana. [...]

Em 1922, Lenin afirmou: "*devemos organizar um estudo sistemático, dirigido, do ponto de vista da dialética de Hegel*". Efetivamente, esta é uma grande tarefa proposta ao pensamento marxista.

Contudo, as burocracias são conservadoras e antidialéticas por definição. Sua prosperidade depende da administração do que existe, não de sua modificação. Por isso sua "filosofia" é a escolástica e o dogmatismo, que codificam e repetem o já pensado e

1 *Ciência da Lógica.*

2 *Ciência da Lógica.*

não admitem inovação, nem algum problema novo. Explica-se assim que a "filosofia" inspirada por Stalin e seus companheiros tenha tratado a dialética e Hegel com total desprezo.

O espírito da burocracia é ferozmente estático e anti-dialético. Não quer inovações, nem discussões. Vejamos o trabalho de A. Zhdanov, *Sobre a história da filosofia*<sup>3</sup>. Zhdanov era Secretário do Comitê Central do Partido Comunista Russo, e este foi seu discurso no encerramento de um congresso de filosofia na Rússia, em 1947. [...] "a discussão que aqui teve lugar, sobre Hegel, é muito estranha. Faz tempo que a questão de Hegel está resolvida, não há porque questioná-la novamente". Efetivamente, para a burocracia não há razão para se discutir novamente o problema da dialética, "a álgebra da revolução", como foi chamada pelo grande revolucionário russo Herzen. Em lugar disso, recordamos Lenin: "devemos organizar o estudo sistemático da dialética de Hegel". [...]

Em uma frase famosa, Marx e Engels falaram de "colocar a dialética de Hegel sobre seus pés". Isto não significa que da dialética se possa tomar duas ou três características isoladas e agregá-las a uma concepção materialista vulgar do mundo. O pensamento dialético de Hegel interpenetra totalmente o marxismo.

Hegel fez, em termos idealistas e com linguagem obscura, ao tratar da coisa "em si", de "negativismo", de "ser outro", etc, uma análise muito rigorosa do desenvolvimento do pensamento humano através da contradição. Colocar a dialética sobre seus pés quer dizer estudar concretamente, na realidade, o desenvolvimento da humanidade, como surgiram estas fases, esse estado de desenvolvimento, essas transições que Hegel analisa em termos idealistas, mas com uma grande capacidade para compreender o elemento de contradição e do movimento e esta é uma tarefa que o marxismo deve realizar. Só conheço duas obras nas quais o pensamento marxista realizou esta "correção" da dialética, onde a realidade foi captada em sua evolução, em suas contradições, em suas diversas fases quantitativas e qualitativas. Essas obras são *O Capital* de Marx e *A História da Revolução Russa* de Trotski. Entretanto, o campo para pesquisa ainda é imenso, abrange praticamente toda a realidade.

Colocar a dialética sobre seus pés é o que faz Marx em *O Capital*, ou seja, desenvolver dialeticamente uma ciência; neste caso, a análise econômica da sociedade capitalista. Por outro lado, tomar alguns fenômenos naturais ou um conjunto de conhecimentos científicos e utilizá-los como exemplos onde a quantidade se transforma em qualidade, ou de alguma outra lei da lógica dialética, isto - que muitos "manuais" fazem para ensinar marxismo - é uma insolente caricatura do pensamento dialético e, portanto, do marxismo.

### **Tratemos agora do materialismo**

"O materialismo inteligente, disse Lenin, se encontra mais próximo do idealismo inteligente que do materialismo néscio". Isto ocorre porque o marxismo toma como elemento essencial a atividade criadora do homem (tema discutido no idealismo) e rejeita absolutamente a concepção do homem como um mero ente totalmente produzido e determinado por circunstâncias externas - no que crê o materialismo vulgar.

O materialismo clássico só reconhece como "matéria" ao mecânico, físico e químico, mas ignora totalmente essa matéria constituída principalmente pelas relações inter-humanas, sociais e psicológicas.

---

3 ZHDANOV, Anton, *Sobre a história da filosofia*. Buenos Aires, Editorial Anteo, 1948.

Tenhamos então em mente que a matéria tomada pelo materialismo como base não é a matéria ou natureza mecânica, nem uma matéria comum sem qualidades. **A matéria de que parte o marxismo é o conjunto de relações sociais que pressupõe certamente uma natureza mecânica e, sobretudo, fisiológica, mas que não coincide com ela**, e a matéria utilizada pelo materialismo histórico não é nem mais, nem menos, que a relação dos homens uns com os outros e com a natureza.

O materialismo vulgar não vê, segundo Marx, que

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. Mesmo os objetos da mais simples "certeza sensível" são dados a Feuerbach apenas por meio do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial<sup>4</sup>.

Em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmou:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente (Tese I). A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado (Tese III)<sup>5</sup>.

O materialismo vulgar - que é o que os stalinistas pretendem fazer passar por marxismo - cai na metafísica da matéria e apenas da matéria mecânica, não da matéria constituída pelas relações sociais e pela atividade do homem. Este materialismo vulgar considera a matéria uma coisa totalmente isolada, sempre isolada do sujeito, do homem e condicionando ao homem, nunca condicionada pelo homem.

De fato, a metafísica da matéria, a crença de que a matéria tem independência absoluta em relação ao sujeito que conhece, ou seja, que a transforma, tem uma origem religiosa e, precisamente por isso, o materialismo vulgar se encaixa tão bem no senso comum. Todas as religiões ensinaram e ainda ensinam que o mundo, a natureza, o universo, foram criados por Deus antes da criação do homem e, portanto, o homem encontrou o mundo já acabado, catalogado e definido de uma vez por todas. Por isso, quando o materialismo vulgar diz que a matéria existe absolutamente independente do sujeito que a conhece, não faz mais que confirmar esta crença religiosa na qual "Deus criou o mundo antes de criar o homem".

O marxismo, ao contrário, afirma que naturalmente o mundo físico existia antes do homem; o universo existia antes da aparição homem. No entanto, se isto estiver correto, o marxismo nota que desde o surgimento do homem sobre a terra, a matéria deixa de existir independente da consciência do homem, porque desde o primeiro momento o homem atua na matéria e a transforma. De modo que, se for correto que o

4 MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã*. Op. cit., pp 30-31.

5 *Ibid.*, p. 533.



objeto existiu por si só antes do surgimento do sujeito, quando este aparece o objeto perde sua independência, entra em permanente relação com o sujeito, e sujeito e objeto só existem em função e através um do outro, sem que nenhum possa se concebido “independentemente” do outro.

(Peña, Milciades. O que é marxismo. São Paulo: Sundemann, 2014, pág. 43 a 55).

## ***DIALÉTICA, SOCIEDADE E HISTÓRIA***

### NOTA INTRODUTÓRIA DOS EDITORES

O mau uso do termo social é uma das razões pelas quais parece ser tão difícil compreender Marx e, particularmente, a dialética. Mas esta dificuldade não é culpa de nosso autor. É a própria forma de sociedade capitalista que, ao ocultar as verdadeiras relações sociais, faz com que tenhamos dificuldades de enxergá-las e, ao inverso, faz com que vejamos relações sociais onde elas não existem. Essa situação é tão real que, normalmente, acreditamos ter relações sociais quando nos reunimos com os amigos ou a família, quando conversamos com colegas em um bar ou, mesmo, em encontros religiosos ou políticos. Nada mais falso. Estas relações de indivíduo para indivíduo, que depende de nossa escolha e vontade, são exatamente isso: relações individuais e não sociais. A sociedade não depende delas para continuar a existir, para se reproduzir. As relações sociais são aquelas postas pela própria forma de sociedade. Por isso, uma relação social não é todo tipo de relação entre pessoas, mas quando as pessoas se relacionam com a sociedade de modo a garantir que ela continue a existir. Por isso, por estranho que possa parecer, nos relacionamos socialmente quando fazemos compras em uma loja ou um supermercado, quando pagamos uma passagem de ônibus ou, ainda, quando quitamos a parcela de um automóvel ou uma casa. É pela compra e venda de mercadorias que as pessoas se relacionam na sociedade capitalista, garantindo a distribuição de toda a riqueza produzida. Da mesma forma, nos relacionamos socialmente quando trabalhamos, ainda que este trabalho seja realizado em um escritório, sem ninguém mais a nossa volta. A situação é tão estranha que quando temos de fato relações sociais, não percebemos. Quando temos relações privadas, com amigos, a família e companheiros, acreditamos que estamos tendo relações sociais. É esse fenômeno que Marx chamou de alienação ou estranhamento.

Outro termo que merece atenção é o termo histórico. Marxistas da academia, muitas vezes, gostam de adicionar o termo “histórico e social” na frente de tudo para que pareçam marxistas e sofisticados. Raras vezes, no entanto, se atentam ao significado profundo desses termos. Dizer, por exemplo, que a sociedade é histórica não é dizer simplesmente que as sociedades humanas estão sujeitas a transformações, mudanças, inovações com o passar do tempo. Praticamente não existiram pensadores em toda a história da filosofia que negassem algo tão óbvio. O que faz do pensamento da maior parte da tradição ocidental a-histórico, não é o fato de negar as transformações temporais das coisas, pessoas e sociedades; mas de fundamentar tais transformações em um conjunto de determinações comuns, um conjunto de leis gerais da sociedade humana, quando não, um conjunto de leis gerais da natureza. Dizer, por

exemplo, que a sociedade segue, em seu desenvolvimento, as *leis da dialética* é o mesmo tipo de procedimento a-histórico que Marx combate. As leis de uma forma de sociedade são produzidas em seu interior, em função de suas relações internas – relações sociais – e não são dadas desde fora por uma ordem natural necessária, leis gerais da humanidade, uma natureza humana fixa e o que mais se queira.

É porque o homem é um ser histórico e social que não é possível ter um sistema formal fixo e pré-fabricado que permita compreendê-lo. É necessário buscar no interior mesmo da forma de organização social e suas articulações, suas leis, tendências e possibilidades. É necessário um exame dialético e não metafísico.

## **[O homem como ser histórico e social] – Karl Marx**

(Nada é mais falso do que o modo pelo qual a *sociedade* é considerada tanto por economistas como por socialistas em relação às condições econômicas. Proudhon, por exemplo, afirma contra Bastiat (XVI, 29) ): “*Para a sociedade*, a diferença entre capital e produto não existe. Essa diferença é inteiramente subjetiva aos indivíduos”. Portanto, chama justamente o social de subjetivo; e chama a sociedade de abstração subjetiva. A diferença entre produto e capital é precisamente a de que, como capital, **o produto exprime uma relação particular, pertencente a uma forma histórica de sociedade**. A assim chamada consideração sob o ponto de vista da sociedade nada mais significa do que perder de vista as *diferenças*, justamente as diferenças que expressam a relação social (relação da sociedade burguesa). A sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de vínculos, relações em que se encontram esses indivíduos uns com os outros. É como se alguém quisesse dizer: do ponto de vista da sociedade, não existem escravos e cidadãos: ambos são seres humanos. Pelo contrário, são seres humanos fora da sociedade. Ser escravo e ser cidadão são determinações, relações sociais dos seres humanos A e B. **O ser humano A enquanto tal não é escravo. É escravo na e pela sociedade**. O que o senhor Proudhon diz aqui do capital e do produto equivale a dizer que, para ele, do ponto de vista da sociedade, não existe nenhuma diferença entre capitalistas e trabalhadores, uma diferença que só existe precisamente do ponto de vista da sociedade.)

(Karl Marx, Grundrisse. – Rio de Janeiro: Boitempo, 2011, pag. 205)

## **FORMA E CONTEÚDO – LÓGICA FORMAL E DIALÉTICA**

### NOTA INTRODUTÓRIA DOS EDITORES

A relação entre forma e conteúdo é essencial para compreendermos a dialética, pois só no pensamento dialético forma e conteúdo estão inteiramente ligados. Por isso, não existe uma lógica dialética. Uma lógica é um sistema formal composto unicamente por formas, por relações entre formas puras do pensamento. Assim é a matemática. Dizemos,  $2+2=4$ .  $3 \times 3=9$ . Estas fórmulas não se referem a nenhuma realidade específica, são puras formas, independentes do conteúdo. Em  $2+2=4$  essas quantidades podem se referir a pessoas, casas, cidades; em suma, qualquer conteúdo. Por isso, nos sistemas formais, a forma está separada, autonomizada do conteúdo.

Claro que isto não significa que um sistema formal não serve para nada. A matemática, por exemplo, demonstra o contrário. Mas o sistema formal tem sempre



uma aplicação limitada e restrita. É válido para casos particulares em que certas condições iniciais do problema são sempre as mesmas. Mas a realidade social não pode ser entendida exclusivamente por sistemas formais, porque ela não pode ser reduzida a meras quantidades, como na matemática, ou a uma série de leis estáticas como em outras lógicas formais. Como diz o resenhista russo citado por Marx em *O Capital*: “Dir-se-á, porém que as leis gerais da vida econômica são as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. Isso é precisamente o que Marx nega. Para ele, tais leis abstratas não existem [...]. De acordo com sua opinião, ao contrário, cada período histórico possui suas próprias leis [...].” (MARX, 2013, p. 90).

Falando de forma mais precisa, os diversos sistemas formais que dominaram o pensamento ao longo da história e que dominam o pensamento burguês até os dias de hoje, separam forma e conteúdo. De tal maneira que um sistema ou uma teoria pode ser exposta abstraído de seu conteúdo e se transformando em um método que pode ser aplicado desde fora a tudo, em suma, um sistema formal. A dialética consiste, exatamente, em desenvolver a forma do próprio conteúdo analisado, forma e conteúdo são inseparáveis: a forma existe no conteúdo e todo conteúdo se expressa em uma forma determinada.

Por isso, em *O Capital*, Marx parte de algo real: a mercadoria. Em seguida, analisando a dinâmica da mercadoria na sociedade capitalista, ele chega ao valor que mostra como as mercadorias se relacionam umas com as outras nesta sociedade. O valor, podemos dizer, é a forma, enquanto o valor de uso (sapatos para calçar, camisas para vestir) o conteúdo. Mas o valor não é um conceito aplicado de fora como se tratasse de uma essência metafísica de todo e qualquer produto do trabalho. O valor não é também um mero conceito criado por Marx. O valor é a forma que os produtos adquirem na sociedade capitalista ao serem todos produzidos não para o consumo direto, mas para a troca, para o mercado.

## **Forma e Conteúdo – Henri Lefebvre**

A lógica formal, como a gramática, tem um alcance apenas relativo e uma aplicação limitada.

Não tem sentido fora do conteúdo, mas assume todo seu sentido e todo seu alcance quando nosso pensamento *negligencia expressamente uma grande parte de seu conteúdo* e dirige-se para um limite extremo: para o ponto em que o conteúdo se desvanece e em que resta quase que somente a *forma*. Teremos muitas oportunidades de mostrar que nosso pensamento realiza necessariamente uma tal eliminação (parcial e momentânea) de seu conteúdo; e que essa é uma fase, uma etapa, um aspecto, um momento de sua atividade: o momento da *abstração*. A lógica formal, lógica da forma, é assim a lógica da abstração. Quando nosso pensamento, após esta redução provisória do conteúdo, retorna a ele para reaprendê-lo, então a lógica formal se revela insuficiente. É preciso substituí-la por uma lógica concreta, uma lógica do conteúdo, da qual a lógica formal é apenas um elemento, um esboço válido em seu plano formal, aproximativo e incompleto. Já que o conteúdo é feito da interação de elementos opostos, como o sujeito e o objeto, o exame de tais interações é chamado por definição de dialética; por conseguinte, a lógica concreta ou lógica do conteúdo será a *lógica dialética*. [...]

Quando a forma é tomada isoladamente, o que é sempre possível, cai-se – qualquer que seja o domínio considerado – no formalismo. *Não é a lógica formal*

*enquanto tal que deve ser julgada com severidade, mas sim o formalismo lógico, o que é coisa inteiramente diversa. [É quando se quer submeter tudo a uma lógica formal].*  
(Lógica Formal e Lógica Dialética)

## **Forma e Conteúdo – Isaak Rubin**

Não se pode esquecer que, com respeito à questão da relação entre conteúdo e forma, Marx adotou o ponto de vista de Hegel e não o de Kant. Kant tratava a forma como algo externo ao conteúdo e como algo que adere ao conteúdo desde fora. Do ponto de vista da filosofia de Hegel, o conteúdo não é em si algo a que a forma adere desde o exterior. Ao contrário, através de seu desenvolvimento, o próprio conteúdo dá origem à forma que estava já latente no conteúdo. A forma decorre necessariamente do próprio conteúdo. Esta é uma premissa básica da metodologia de Hegel e de Marx, premissa oposta à metodologia de Kant.

(Rubin, Isaak. *A Teoria Marxista do Valor*. Brasiliense, 1980, pag. pag. 132)

eu [Marx] não começo nunca dos “conceitos”, nem, por isso mesmo, do “conceito de valor”, motivo pelo qual não tenho porque “dividir” de modo algum este “conceito”. Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Analiso esta e o faço fixando-me, antes de tudo, na *forma sob a qual se apresenta*. Descubro que a “mercadoria” é de uma parte, em sua forma material, um objeto útil ou, noutros termos, um valor de uso, e de outra parte, *encarnação do valor de troca* e, deste ponto de vista “valor de troca” ela mesma. Continuo analisando o “valor de troca” e encontro que este não é mais do que uma “*forma de manifestar-se*”, um modo especial de aparecer o valor contido na mercadoria, em vista do que, procedo à análise deste último. Por isso digo literalmente: “No começo deste capítulo dizíamos seguindo a forma de expressão tradicional: a mercadoria é valor de uso e valor de troca. Em rigor, esta afirmação é falsa. A mercadoria é valor de uso, objeto útil, e ‘valor’. A partir do momento em que seu valor reveste uma *forma própria de manifestar-se*, distinta de sua forma natural, a mercadoria revela este duplo aspecto seu”, etc. Como se vê, eu não divido o valor de uso e valor de troca, como termos antitéticos em que se decompõe o abstrato, o “valor”, apenas afirmo que, a *forma social concreta* do produto do trabalho, da *mercadoria*, é por uma parte valor de uso e por outra parte “valor”, não valor de troca, posto que este é uma simples *forma de manifestar-se* e não seu próprio *conteúdo*.

MARX, K. (1970). *Glosas Marginales al “Tratado de economia politica de Adolph Wagner”*. In: DOBB, Maurice (Org.). *Estudios sobre El Capital I*. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones Signos, p. 169–183.

## **Extratos sobre Forma e Conteúdo – Lênin**

6

Hegel exige uma lógica na qual as formas sejam formas plenas de conteúdo, formas do conteúdo real, vivo, formas estreitamente ligadas ao conteúdo. [...]

As formas do pensamento, se são tomadas como “formas distintas do conteúdo e apenas atribuídas a ele”, são inadequadas para apreender a verdade. O vazio destas

---

6 Os trechos entre aspas são do próprio Hegel, conforme as transcrições de Lênin. Os demais são comentários do próprio Lênin. Estes trechos, como se verá, são fragmentados e de difícil compreensão. Sugerimos ao leitor, ao fim do curso, retornar a eles e relê-los.

formas (da lógica formal) torna-as "desprezíveis" e "ridículas". A lei da identidade,  $A=A$ , é vazia, "insuportável".

"A análise intelectual" deve envolver não apenas a "forma externa", mas também "o conteúdo".

"Com esta introdução do conteúdo na análise lógica", o seu objeto torna-se "não as coisas", mas "o fundamento das coisas, o conceito da coisa". (Não as coisas, mas as leis do seu movimento, de um modo materialista.) [...]

Entende-se a lógica, habitualmente, como "a ciência do pensamento", como "simplesmente a forma do conhecimento". Hegel refuta esta noção. [...] As formas lógicas são formas mortas - porque não são consideradas como "unidade orgânica", como unidade "concreta e viva". [...] A velha lógica formal é como um jogo infantil: compor um quadro a partir de pequenos pedaços. [...]

Na velha lógica, não há transição, não há desenvolvimento (do conceito e do pensamento), não há "conexão interna, necessária" entre todas as partes nem transição de umas às outras.

Hegel põe duas exigências fundamentais:

1. necessidade da conexão e
2. origem imanente das diferenças.

Muito importante! A meu juízo, isto significa:

1. conexão necessária, conexão objetiva de todos os aspectos, forças, tendências etc. de um conjunto dado de fenômenos;
2. "origem imanente das diferenças" - lógica interna objetiva da evolução e da luta das diferenças. [...]

O dialético = "apreender as contradições na sua unidade". [...] "Não apenas o universal abstrato, mas o universal que nele compreende a riqueza do particular". Fórmula magnífica: "Não apenas o universal abstrato, mas o universal que encarna em si a riqueza do particular, do individual, do singular" (toda a riqueza do particular e do singular!) [...]

O conjunto de todos os aspectos do fenômeno, do real e suas relações mútuas - eis do que se compõe a verdade. Às relações (= transições = contradições) dos conceitos = conteúdo principal da lógica e seus conceitos (e suas relações, transições e contradições) são mostrados como reflexos do mundo objetivo. A dialética das coisas produz a dialética das ideias e não o inverso. [...]

"Assim, o conhecimento avança de conteúdo em conteúdo. Antes de tudo, esta progressão se determina pelo fato de começar por determinações simples, a que se seguem determinações continuamente mais ricas e mais concretas. De fato, o resultado contém o seu começo e seu movimento enriqueceu-o com uma nova determinação. O universal constitui o fundamento; por isto, a progressão não deve ser tomada como um fluir de uma coisa à outra. No método absoluto, o conceito se conserva em seu ser-outro, o universal na sua particularização, no juízo e na realidade; ele eleva a cada degrau da determinação seguinte toda a massa do seu conteúdo anterior e, pela sua progressão dialética, **não deixa nada para trás e carrega consigo todo o adquirido e se enriquece e se condensa em si mesmo...**" (349). Este fragmento resume bastante bem todo o sentido da dialética. [...]

(§ 243, p. 413) "O método, portanto, não é a forma exterior, mas a alma e o conceito do conteúdo..."

(LENIN, W. I. Cadernos sobre a dialética de Hegel. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.)

## A CONTRADIÇÃO

### NOTA DOS EDITORES

É muito provável que a banalização da dialética no movimento marxista se deu muito cedo, através da influência de Ferdinand Lassalle. Particularmente em sua obra: *Heráclito, o obscuro*, radicalmente criticada por Marx justamente por este não ter compreendido a dialética, transformada por ele em uma caricatura. Na concepção de dialética de Lassalle dominava jargões como: tudo se move, tudo se transforma, tudo está em movimento permanente. Basta aplicar estas fórmulas a uma dada realidade e logo veremos que elas não servem para nada.

Seja como for, encontra-se no centro da vulgarização da dialética a incompreensão do conceito de contradição ou sua confusão com a contrariedade, discutida aqui brevemente. A contradição não representa uma mera oposição entre dois elementos externos, entre dois membros de uma relação, mas determinações opostas que se negam mutuamente no interior de um mesmo objeto.

Nesse sentido, duas coisas diferentes que se relacionam não é uma contradição. Nem mesmo o fato de ora uma coisa servir para uma dada finalidade e, em outro momento, para outra. Contradição é quando uma mesma coisa carrega dentro de si duas determinações opostas, que se negam uma a outra. O caso mais básico para entendermos essa questão é a célula da economia capitalista: a mercadoria.

Nem todo produto da mão humana é mercadoria. Mercadoria, como sabemos, são os produtos da mão humana feitos para um mercado, para um consumidor desconhecido, que tem acesso a mercadoria pela troca: pagando o equivalente a seu valor. O que faz uma mercadoria ser contraditória é que além de ser valor de uso, como todo produto, servir para atender necessidades humanas, a mercadoria é também valor. O valor é uma determinação social colocada por uma forma de sociedade em que tudo é feito para ser trocado.

Mas não há nada de contraditório no fato de uma coisa ter dois atributos diferentes. Não há nada de contraditório por exemplo no fato de um dado indivíduo ser alto e branco, ao mesmo tempo. Uma mercadoria é contraditória porque seu valor não é apenas um atributo como outro qualquer. Enquanto valor a finalidade da mercadoria é a valorização do capital, a acumulação de dinheiro. Esse é o motivo pela qual, na sociedade capitalista, uma mercadoria é fabricada. Acontece que segundo o seu valor de uso a finalidade da mercadoria é atender a uma dada necessidade humana: vestir, locomover-se etc. O valor nega a determinação da mercadoria como valor de uso. Enquanto valor, o valor de uso passa a ser apenas o suporte material do valor. Daí o estranho fato de uma **mercadoria ser, ao mesmo tempo, valor de uso e não valor de uso**.

Não é um debate teórico banal. Esta contradição gera toda uma série de fatos irracionais na sociedade capitalista. Por isso, tendemos a valorizar as coisas pelo que ela vale e não em função do que serve. Se uma mesma casa se valorizou em função de uma bolha imobiliária, nossos olhos tendem a brilhar ao contemplar a casa, ainda que ela seja a mesma do período anterior. Não importa os danos ambientais que um dado empreendimento irá causar, desde que este produza muito dinheiro. Mas aí temos acidentes como os de brumadinho e tendemos a ver esse empreendimento pela ótica do valor de uso e não do valor e assim sucessivamente.

As contradições ocorrem na sociedade capitalista porque as coisas, além de sua determinação natural, presente em seu corpo físico, elas adquirem determinações

sociais que negam essas determinações naturais. É como a mercadoria: valor e valor de uso, finalidades distintas, essências distintas em uma mesma coisa. O valor da forma da mercadoria não coincide com seu conteúdo: o valor de uso.

A contradição representa, assim, a não coincidência entre o conteúdo e a forma por ele expressa. A mercadoria, segundo seu conteúdo material, é um valor de uso que tem por finalidade atender necessidades humanas. Mas segundo a sua forma, o valor, a mercadoria aparece como pura quantidade, cuja finalidade é enriquecer o capitalista, acumular capital. É justamente porque forma e conteúdo não coincidem que não é possível extrair dos conteúdos presentes na realidade capitalista uma forma válida para tudo.

A contradição, enquanto uma tensão interna no interior de uma dada realidade, uma totalidade determinada, que a impulsiona em distintos sentidos, torna-se de fato, o motor e a chave para compreendermos o movimento e as possibilidades de transformações nelas contidas. Não o movimento no geral ou no sentido espacial do termo, mas o movimento interno ou o auto-movimento interno de um conteúdo. Neste caminho, muitos atacaram a definição de Trotsky de que a URSS era um Estado Operário Burocratizado, por ser uma forma contraditória. Se é operário, não pode ser burocratizado, se é burocratizado não é operário. Ou uma coisa ou outra diziam os críticos. Como um Estado pode ser, ao mesmo tempo, operário e não operário? Ocorre, que esta fórmula, de fato contraditória, expressa a contradição da própria realidade em questão. Esta realidade antes de permanecer em sua forma estável e duradoura, tendia a impelir a URSS para a restauração capitalista através da burocracia, ou pela supressão da burocracia pela revolução política operária. O conteúdo operário verificado na defesa da propriedade coletiva no interior da URSS estava em contradição com sua forma estatal burocrática e a defesa de uma coexistência pacífica com o capitalismo mundial.

### **Sobre a contradição dialética - Jadir Antunes**

O pensamento de Marx é dialético porque é um pensamento do devir, do autodesenvolvimento dos conteúdos e da contradição; porém principalmente por afirmar que o antagonismo é necessário e que é interno a uma totalidade dada (por exemplo: o capital e o trabalho são os dois termos antitéticos de uma mesma realidade, a acumulação capitalista), e porque se originam do próprio movimento de oposição. Dessa maneira, os antagonismos sociais extraem sua superação da própria luta de classes. Marx, portanto, não se preocupa, diretamente, com o ser do espírito ou das coisas.

Em Marx, o conceito de dialética surge como um processo através do qual o ser humano transforma a realidade natural imediatamente dada, e produz, sobre essa base, uma realidade não natural, humanizada. Essa realidade criada pelos seres humanos consiste, portanto, numa superação dialética do dado natural. Nem os objetos naturais nem os homens deixam de ser aquilo que são em sua origem, ou seja, não deixam de ser natureza, apenas adquirem novas formas, que o homem introduz por meio do trabalho.

Não há contradição alguma entre a forma líquida e a forma gasosa da água, por exemplo, porque o conteúdo continua o mesmo, porém há contradição quando a essas formas naturais se agrega uma forma social (não natural, portanto), como a forma mercadoria. Sob a forma mercadoria, a água não existe como água em sua determinação natural, mas como água em sua determinação social, isto é, como mercadoria. E, como mercadoria, não importando sua forma natural, ela serve para

enriquecer o capitalista, (para "valorizar o valor", como diz Marx, n' *O Capital*) e não para cumprir com suas funções naturais.[...]

As coisas se transformam e se modificam segundo leis naturais e cada transformação é uma afirmação das características que já estão presentes na natureza das coisas. Por exemplo: transformar couro em sapato é uma operação natural do trabalho, mas, transformar o sapato em mercadoria é uma operação artificial, social, que efetivamente nega ao sapato sua natureza de servir como certo "valor de uso" útil aos homens. Dessa maneira, aqui, sim, o trabalho entra em contradição com a natureza, porque ele não possui mais uma finalidade humana e natural. Os seres humanos não cessam de agir no mundo e, simultaneamente, de produzir-se a si próprios. [...]

Marx dá vários nomes ao trabalho: trabalho produtivo, trabalho determinado, trabalho útil, trabalho particular, trabalho natural. Do nosso ponto de vista, porém, o trabalho não "nega" a natureza. Marx opera com duas noções fundamentais de trabalho em *O Capital*: "trabalho concreto" e "trabalho abstrato". O trabalho concreto, a rigor, não "nega" a natureza, apenas modifica suas formas segundo uma necessidade humana. Por exemplo: quando transformamos o boi em couro e este em sapato, não estamos negando a natureza do boi e do couro. Nós estamos, na verdade, afirmando essa natureza do boi e do couro, a de servirem como coisa útil aos homens, a de servirem como calçado para nossa proteção e conforto. Essa relação natural, mediada pelo trabalho concreto do sapateiro, entre homem e natureza, não é dialética porque não existe contradição nela. A modificação do boi em sapato não se opõe à natureza do boi, pois não há aí um elemento negativo que retira do boi sua natureza de servir como coisa útil ao homem. Ao contrário: essa modificação apenas afirma o boi como coisa natural útil ao homem.

Extraír do boi suas qualidades úteis para satisfazer uma necessidade humana não constitui uma contradição no sentido filosófico da palavra, como ocorre, por exemplo, quando o camponês emprega o boi como animal de tração. Esse emprego não nega ao boi sua condição de animal de tração. Muito pelo contrário. O trabalho do camponês estaria apenas empregando o animal dentro das possibilidades comportadas pela sua própria natureza enquanto boi. A contradição estaria, sim, caso usássemos o próprio homem, em lugar do boi, como animal de tração, como ocorria no mundo antigo. Aqui, o escravo era empregado como animal de tração e como propriedade de um senhor.

Como diziam os antigos, o escravo não se diferenciava em natureza com os animais de tração, podendo, segundo eles, ser, por isso, empregados como instrumentos de trabalho. Nesse caso, sim, haveria uma contradição, pois o trabalhador, ao invés de sujeito do trabalho, teria sido convertido em objeto e instrumento vivo dele. No mundo antigo há uma contradição viva no seio da própria sociedade, e não no interior da natureza.[...]

Claro está que, na natureza, há movimento e transformação e claro está que o trabalho modifica a natureza segundo suas necessidades, mas essa transformação e esse movimento não são dialéticos porque não são contraditórios, porque há apenas mudanças de forma e não de conteúdo. O conteúdo é sempre o mesmo: a matéria natural. Apenas a forma é que se modifica, de boi em couro e de couro em sapato, porém, ao transformar o sapato em mercadoria, então há, sim, uma negação dialética, pois aí ocorre uma mudança de conteúdo do trabalho e do sapato.

Agora o sapato serve apenas como mercadoria e como meio de valorização do valor. A mercadoria nega ao sapato sua condição natural de sapato e o converte em "portador do valor de troca", em meio de se obter dinheiro e não conforto e proteção



para os pés. A contradição não está entre o sapato e a natureza bruta, mas, sim, entre o sapato e a forma mercadoria. Neste esquema, o sapato funciona como a forma natural do trabalho e a mercadoria funciona como a forma social dele. A contradição que existe é entre a forma natural e a forma social do trabalho, entre o sapato como valor de uso e o sapato como mercadoria, como valor de troca.

Para existir contradição é necessário mais que uma oposição entre dois termos. É necessário que esta oposição se realize no interior de uma unidade cindida. Quando o sapateiro transforma a natureza (o boi, em nosso caso) em sapato, em coisa útil destinada à satisfação de uma necessidade humana, mesmo que esta necessidade não seja a do próprio sapateiro, há, sim, uma unidade entre homem e natureza, mas não há oposição entre ambos. Esta relação permanece restrita ao âmbito da unidade porque permanece fixada no interior da ordem natural. A ordem natural das coisas comporta, sem refutar, o trabalho humano voltado às satisfações. A contradição se instaura quando esta unidade originária entre homem e Natureza se cinde em uma oposição. Desta oposição surge a diferença e, daqui, a contradição. Quando o produto do trabalho não se destina mais a satisfazer as necessidades do produtor direto ou da comunidade natural à qual ele pertence e passa a satisfazer as necessidades de uma segunda figura, estranha à ordem natural das coisas, como são as figuras do não trabalhador e das classes dominantes, então se instaura a contradição no seio da comunidade, antes inexistente.

## **ABSTRATO e CONCRETO**

### NOTA DOS EDITORES

Normalmente, pensamos que o concreto é o fenômeno, aquilo que vemos e percebemos. No entanto, de um ponto de vista dialético, o que vemos e percebemos é abstrato porque corresponde apenas a uma dimensão da realidade. Por exemplo, quando vemos uma mercadoria vemos apenas o seu valor de uso expresso em seu corpo físico. Uma calça serve para vestir, um ônibus para o transporte. No máximo, no mercado, vemos seu preço. Mas o preço não é o valor. O leitor deve estar se perguntando: como assim, o preço não é o valor??? Não! O preço é apenas o lado quantitativo do valor: sua grandeza. No entanto, o valor não é apenas sua quantidade, ele é também um processo social, algo qualitativo. Ocorre que nós não podemos ver, nem apalpar nem sentir um processo em seu conjunto. Por isso, o valor não é algo palpável, nem visível. No entanto, o valor é algo real. Como todas as mercadorias são feitas para serem jogadas no mercado, tudo que existe de específico nelas é abstraído e elas se comparam umas com as outras como mera gelatina de trabalho humano indiferenciado. O valor é o conteúdo desse processo social que faz com que toda a imensidão de mercadorias sejam equiparadas com base no tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

Como podemos ver, o valor de uso é abstrato, porque corresponde a apenas uma dimensão unilateral da mercadoria. O valor, por sua vez, é mais concreto que o valor de uso, pois é um processo social que mostra como os valores de uso são distribuídos, comparados uns com os outros e medidos. Esquemáticamente:

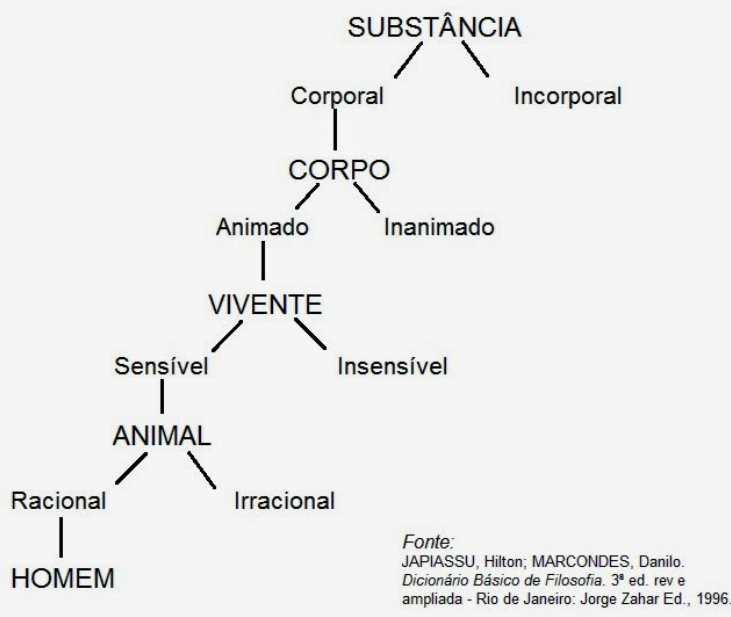


## Abstrato e Concreto - Henri Lefebvre

Tal como entre o imediato e o mediato, tampouco pode existir entre o abstrato e o

concreto uma separação metafísica, uma diferença de natureza. A metafísica clássica separou de várias maneiras o abstrato do concreto. [...]

A definição aristotélica<sup>7</sup> opera-se mediante "a diferença específica e o gênero próximo". O cavalo é um mamífero (gênero próximo) caracterizado pelos cascos (diferença específica). O sujeito definido possui um certo número de atributos, uns essenciais e necessários, outros accidentais e contingentes. Segundo essa teoria, os atributos essenciais são explicados pela hierarquia dos gêneros e das espécies, cada vez mais gerais,



na qual está implicado o sujeito em questão. Assim, o homem é bípede, mamífero, vertebrado, etc.; e esses são atributos essenciais. O fato do homem ser louro ou moreno é atributo accidental. No topo desta hierarquia de gêneros espécies encontram-se os gêneros supremos, indefiníveis, as dez categorias aristotélicas: essência, qualidade, quantidade, relação, lugar, tempo, situação, maneira de ser, ação e paixão. Na base, encontra-se a espécie ínfima ou última, o indivíduo. Como defini-lo? Como atribuir-lhe uma diferença "específica" se não se trata de uma espécie? O indivíduo, por isso, resta à margem do conhecimento: é um inefável. A ciência capta apenas uma *hierarquia de abstrações*, cada vez mais afastadas do real e do concreto, até chegar às abstrações supremas, também elas indefiníveis, já que não se pode ir e mais acima da hierarquia.

O aristotelismo transformou em metafísica uma "formalização" rigorosa da linguagem, interpretada segunda as preocupações do naturalista que era Aristóteles.

[...] enquanto metafísica, o aristotelismo desembocou em problemas insolúveis. Donde vêm os gêneros supremos? Os gêneros conservam-se sem ligações recíprocas e são apenas justapostos? Mas, se é assim, como entram as relações no conjunto hierárquico? E, por outro lado, o que é o indivíduo? É algo real o concreto verdadeiro, a unidade do conjunto das qualidades que o constituem, cada uma das quais, tomada separadamente, não seria senão um aspecto? É caracterizado por uma espécie de capacidade metafísica de existir, o "ato", capacidade maior ou menor, mais ou menos determinada conforme seja o indivíduo em questão mais próximo da vil matéria ou da divindade (que Aristóteles denomina "Ato Puro")?

7 Aristóteles foi um filósofo grego que, dentre outras coisas, entrou para a história do pensamento como criador do que hoje chamamos lógica formal.



O aristotelismo, na história da metafísica, deixou pendente a questão da natureza do indivíduo e de sua relação com o conhecimento. Ora, esta questão não é outra senão aquela da relação entre o *concreto* e o *abstrato*.

Quando os historiadores exaltam o "milagre grego", esquecem frequentemente o lado negativo do gênio grego. Ele legou ao pensamento humano uma concepção estreita do saber. A ciência seria uma compreensão inútil e inteiramente teórica, uma contemplação passiva do real e do verdadeiro. Por um lado, ter-se-ia a constatação do mundo tal como é, e, do outro, fora do real, a ciência como conjunto de entidades puras, despojada de toda materialidade que o metafísico deve admitir e contemplar esteticamente. Esta separação entre o concreto e abstrato, entre a contemplação e a ação, entre a teoria e a prática, foi particularmente nefasta para o pensamento humano. Teve um fundamento social, a escravidão, pois todo trabalho prático e produtivo era abandonado aos escravos e o pensamento metafísico dos gregos foi uma ocupação aristocrática, um prazer luxuoso reservado aos homens livres. Por outro lado, na cidade grega, o "indivíduo" devia encarnar, antes de mais nada, as virtudes tradicionais da comunidade. É significativo que a questão do princípio de individuação tenha correspondido a uma impossibilidade prática de uma individualidade real, de uma relação viva e consciente entre o homem e o universal, entre o abstrato e o concreto.

O *empirismo* clássico tentou responder ao problema, sem consegui-lo. Opondo-se ao racionalismo metafísico (segundo o qual é a razão em si que está na origem do conhecimento), o empirismo afirma que esta origem se encontra na experiência, ou, mais exatamente, nas *sensações*. Onde se encontra o concreto? No sensível. Mas a constatação sensível imediata refere-se sempre a uma experiência individual, este cavalo, este homem. Por conseguinte, o empirista – pelo menos tendencialmente – são nominalistas: as formas, os conceitos, as ideias gerais, na opinião deles, não passam de palavras, de simples denominações cômodas. Aqui, não é mais o individual que aparece como um resíduo da análise, que extraiu o inteligível do concreto; ao contrário, é o geral que aparece como tendo um caráter residual. Vi muitos cavalos, todos eles dotados de singularidades, de uma individualidade definida. Não me lembro de todos estes cavalos; é uma debilidade, uma insuficiência de minha memória; resta-me então uma vaga silhueta, uma forma indeterminada: a ideia geral do cavalo. [...] O empirista vê a cor, a vida e o concreto; no *sensível*, no *individual* e no *imediato*. As ideias, a razão são abstrações realizadas, palavras às quais – mediante o preconceito que se converteu em hábito – empresta-se um sentido superior. O empirista, por temperamento, é ao mesmo tempo um nominalista e um pouco cético. O empirismo desenvolveu-se, historicamente, sobretudo na sociedade inglesa dos séculos XVII e XVIII, que era uma sociedade individualista e realista no sentido comum da palavra; o ceticismo dos empiristas foi um meio de crítica e de luta contra os escolásticos e a teologia medieval.

Segundo os empiristas, o concreto (o sensível, o individual) se mantém fora do abstrato. Será que resolveram o problema ao inverterem os termos? O empirismo levado a suas extremas consequências desembocou na negação da ciência através da negação do conceito no geral, de toda ideia geral e mesmo de qualquer existência objetiva além das sensações experimentadas. Qual a vantagem real desta posição diante do aristotelismo, que acreditava na ciência, mas colocava-a fora do concreto? [...]

A questão começa a se esclarecer quando se observa que o verdadeiro concreto não reside no sensível, no imediato. O sensível é, *num certo sentido*, a primeira abstração. Sensação e percepção separam do objeto um dos seus aspectos: sua relação conosco, o lado que nos importa e nos toca neste instante. [...]

Concreto e abstrato não podem ser separados; são dois aspectos solidários duas características inseparáveis do conhecimento. [...] Penetrar no real é superar o imediato – o sensível – a fim de atingir conhecimentos mediatos, através da inteligência e da razão. O empirismo tem razão ao pensar que se deve partir do sensível, mas erra quando nega que seja necessário superar o sensível; o racionalismo tem razão em crer nas “ideias”, mas erra ao substancializá-las metafisicamente, situando-as fora do real que elas conhecem.

Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades, captadas numa totalidade. [...]

O poder de destacar certos objetos do mundo – através de linha de demarcação ideais ou reais – e de imobilizar, de determinar estes objetos, esse poder define, como já sabemos a inteligência e o entendimento. Ela tem o poder de *abstrair*, de *reduzir* à sua expressão mais simples o conteúdo concreto.

Se um objeto é mantido isolado pelo pensamento, ele se imobiliza no pensamento, torna-se “abstração” metafísica. Perde sua verdade; nesse sentido, esse objeto não é mais nada. Mas se o consideramos como um objeto momentâneo, valendo não graças a sua forma e seus momentos isolantes, mas graças ao seu conteúdo objetivo; se o considerarmos não como um resultado definitivo, mas como um *meio* ou uma etapa intermediária para penetrar no real; se a inteligência é complementada pela razão, então a abstração se torna legítima. Torna-se uma etapa para o concreto reencontrado, analisado e compreendido. Num certo sentido ela é concreta. [...]

Assim, *a verdade do abstrato reside no concreto*. Para a razão dialética, o *verdadeiro é o concreto*; e o abstrato não pode ser mais do que um grau na penetração desse concreto; um momento do movimento, uma etapa, um meio para captar, analisar e determinar o concreto. [...]

A análise que reencontra o concreto através da abstração segue também um duplo movimento, que vai das partes, elementos, aspectos, ao todo, mediante a determinação da ligação objetiva destas partes entre si; e, por outro lado, vai do todo as partes, elementos, aspectos mediante a captação da origem interna dessas diferenças. Nesse duplo movimento, o conhecimento apreende, analisa e, em seguida, reencontra racionalmente o concreto, o *real em seu movimento* e seu desenvolvimento, em sua vida. Num determinado sentido, o abstrato nega o concreto, mas para reencontrá-lo em um nível superior. O conhecimento racional nega e supera esta negação, reencontrando a vida do objeto.

### **Questões para debate**

1) As formas do pensamento tem sua origem nas condições da vida material, como argumenta Marx no trecho retirado na Ideologia Alemã. Tendo isto em vista, em que sentido a metafísica de Aristóteles está assentada na vida aristocrática grega e o empirismo inglês na sociedade inglesa dos séculos XVII e XVIII?

2) O senso comum tende a chamar de concreto aquilo que é sensível, isto é, o que é perceptível através dos sentidos, o que aparece, a aparência.

a) Explique porque, segundo uma concepção dialética, o sensível é sempre abstrato.

b) Indique de que maneira considerar apenas o sensível como sendo real se vincula a uma concepção empirista.

3) Explique em que sentido a relação entre forma e conteúdo diferencia a lógica formal da dialética. Indique porque a prioridade da forma sobre o conteúdo se associa as concepções metafísicas.

4) Qual a diferença entre oposição externa(contrariedade) de uma antítese interna (contradição)? Por meio dessa diferença, explique porque as afirmações de que tudo muda, tudo se transforma, tudo está em movimento não tem nada que ver com dialética.

## PARTE 2 – DIALÉTICA EM MARX

NOTA DOS EDITORES: Os conceitos que foram, no capítulo anterior, tratados de forma abstrata começam a se concretizar nessa seção. Aqui estudaremos alguns elementos gerais da dialética de exposição de *O Capital* de Marx. Como veremos, apenas acompanhando o processo de exposição dialética de um objeto real (no presente caso o capital e o capitalismo), poderemos entender a essência do método.

Os trechos de *O Capital* que iniciam o capítulo devem apresentar algumas dificuldades aos leitores. Por esse motivo, adicionamos notas que tem por objetivo auxiliar nas passagens mais difíceis. Em seguida um outro texto, *O Movimento Dialético Da Consciência Em O Capital De Marx – Jadir Antunes*, expõem de forma mais didática o mesmo conteúdo dos textos de Marx.

Chamamos a atenção do leitor que a dialética não é apenas a forma mais correta de estudarmos uma realidade viva. Ao partir dos fenômenos tal como os percebemos e a partir deles penetrarmos em suas entranhas e descobrirmos os seus segredos, obtemos, ao mesmo tempo, a explicação de porque a consciência dos indivíduos mergulhados nessa realidade está sujeita a todo tipo de ilusões e unilateralismos. Por isso, a exposição dialética no indica o caminho para superar, por meio de uma intervenção que se baseia nas próprias contradições sociais, o unilateralismo dessa consciência alienada, ou seja, atingir uma consciência revolucionária. A dialética é o caminho que permite a um partido revolucionário construir um programa de transição que se afasta do programa mínimo, sindical e reformista dos empiristas e do programa máximo, formal e utópico dos sectários.

### O CAPITAL DE MARX E A DIALÉTICA

#### O Capital de Marx e Hegel - Lênin

Não se pode compreender plenamente *O capital* de Marx, e particularmente o seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido toda a Lógica de Hegel[a dialética]. Portanto, meio século depois de Marx, nenhum marxista o compreendeu.!! (Pag.157) [...] Se Marx não nos deixou a Lógica (com L maiúsculo), deixou-nos a lógica de *O Capital*.

(LENIN, W. I. Cadernos sobre a dialética de Hegel. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.)

#### Marx a Engels, 27 de junho de 1867

Aqui (no livro terceiro) se mostrará de onde se origina o modo de ver as coisas dos pequeno-burgueses e dos economistas vulgares, ou seja, do fato de que em seus cérebros sempre se reflete apenas a forma imediata de manifestação das relações, não a sua correlação íntima. De resto, se assim fosse, que razão haveria para a existência de uma ciência?

Se eu quisesse refutar as críticas deste gênero, iria estragar todo o método dialético de exposição. Em vez disso, este método tem a qualidade de possuir constantemente armadilhas para estes indivíduos e suas intempestivas manifestações de idiotice.

## O CAPITAL – KARL MARX

### As Bases Objetivas do Fetichismo da Mercadoria - Isaak Rubin

Os seguintes elementos podem ser encontrados na estrutura da economia mercantil:

1. Células individuais da economia nacional, isto é, empresas isoladas, *formalmente independentes* umas das outras;
2. Elas estão materialmente relacionadas umas com as outras, como resultado da divisão social do trabalho;
3. A vinculação direta entre produtores individuais de mercadorias se estabelece na troca, e isto, *indiretamente*, influencia *sua atividade produtiva*.

Em sua empresa, cada produtor de mercadorias é formalmente livre para produzir, se quiser, qualquer produto que lhe agrade e da maneira que escolher. Mas, quando leva o produto final de seu trabalho ao mercado, para trocá-lo, ele não é livre para determinar as proporções da troca, mas deve submeter-se às condições (flutuações) do mercado que são comuns a todos os produtores deste produto. Portanto, já no processo de produção direta ele é forçado a adaptar sua atividade de trabalho (antecipadamente) às condições esperadas do mercado. O fato do produtor depender do mercado significa que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os membros da sociedade.

O papel da troca significa que a atividade produtiva de um membro da sociedade só pode influenciar a atividade produtiva de outro membro através de coisas.

Por 'coisas' queremos dizer os produtos do trabalho, como fez Marx. Esta qualificação do conceito de coisa não apenas é possível, mas indispensável, na medida que estamos analisando a circulação de coisas no mercado enquanto vinculadas à atividade produtiva das pessoas.

A coisa adquire as propriedades de valor, dinheiro, capital, etc., não por suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção às quais está vinculada na economia mercantil. Assim, as relações sociais de produção não são apenas "simbolizadas" por coisas, mas realizam-se através de coisas.

### CAPÍTULO 4: Transformação do Dinheiro em Capital - Karl Marx

A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, **comprar para vender**. [...]

Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. [...] A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', em que  $D' = D + \Delta D$ , ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de mais-valia. O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação a valorização do valor é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações,

ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. [...]

[A questão toda, a partir de agora, é explicar como é possível a fórmula D-M-D', afinal, se as mercadorias são trocadas por dinheiro segundo o seu valor, como ao final do processo a soma de dinheiro pode ser maior que a aplicada inicialmente? (nota dos editores)]

Admita-se agora que seja permitido aos vendedores, por um privilégio inexplicável, vender a mercadoria acima do seu valor, a quando ela vale 100, portanto com um aumento nominal de preço de 10%. ... O todo acaba redundando no fato de que todos os possuidores de mercadorias vendam reciprocamente as suas mercadorias 10% acima do valor, o que é inteiramente o mesmo que venderem as mercadorias por seus valores. As denominações monetárias, isto é, os preços das mercadorias iriam inchar, mas as suas relações de valor ficariam inalteradas.

Suponhamos, pelo contrário, que seja privilégio do comprador comprar as mercadorias abaixo de seu valor. Aqui não é sequer necessário recordar que o comprador se torna novamente vendedor. Ele era vendedor antes de se tornar comprador. Ele já perdeu 10% como vendedor antes de ganhar 10% como comprador. Tudo fica como dantes.

A formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor.

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.

Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível. Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias. Fora da mesma o possuidor de mercadoria só está ainda em relação com sua própria mercadoria. No que tange ao valor dela, a relação se limita ao fato de que ela contém um quantum de seu próprio trabalho medido segundo determinadas leis sociais. Esse quantum de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, como grandeza de valor, se representa em dinheiro de conta, num preço[...]. O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um quantum maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.

Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> A ideia que todo este complexo trecho encerra é a seguinte: A fórmula do capital é: D-M-D', onde D' é maior que D, ou seja, temos uma mais-valia. Todavia, como é possível produzir mais-

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. [...]

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural, tampouco é uma relação social comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.[...] Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão<sup>9</sup>.

valia se na troca de equivalentes sempre se troca valores de igual quantidade um pelo outro? Se existe troca de equivalentes não pode existir mais-valia. Mas a troca de **não** equivalentes também não aumenta o capital total, neste caso, o que um ganha é compensado pela perda do outro. Podemos sintetizar o argumento de Marx no seguinte esquema:

**Caso 1:** A mais valia surge da circulação?

Se forem trocados equivalentes → Não nasce daí mais-valia

Se forem trocados não-equivalentes → Também não nasce nenhuma mais-valia

Conclusão → A circulação ou troca de mercadorias não cria qualquer valor

**Caso 2:** A mais-valia surgiria então fora da circulação, ao nível da produção?

Impossível, mostra Marx: O produtor de mercadorias, fora da órbita da circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, não consegue "valorizar o seu valor e consequentemente transformar dinheiro ou mercadoria em capital".

Segue-se dos dois casos anteriores que: Necessariamente o capital, contrariando a lógica da não-contradição, tem que surgir ao mesmo tempo dentro da circulação e fora dela, da circulação e não na circulação. Assim é que, como mostrou Marx, o pensamento burguês procurava explicar a origem da mais-valia a partir ou da circulação ou da produção. No entanto, se estas forem pensadas como "etapas" separadas não se pode compreender o aparecimento do D'.

**O fundamental aqui é mostrar que se a mais valia não pode ser explicada tomando APENAS a circulação, nem mesmo tomando APENAS a produção; isto exige que consideremos conjuntamente produção-circulação, como uma só totalidade, como um só gênero contraditório. D-M-D' (Nota do Editor).**

<sup>9</sup> Sem compreender este ponto, praticamente nada pode ser compreendido nos próximos capítulos de *O Capital*. De fato, regra geral, nas trocas individuais o que temos no capitalismo é



A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham<sup>10</sup>. **Liberdade!** Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. **Igualdade!** Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. **Propriedade!** Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. **Bentham!** Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista vulgar extrai suas concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nosso personagem dramático. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto que ela seja curtida.

## **CAPÍTULO 21: Reprodução Simples - Karl Marx**

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este precisa ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco deixar de produzir. Tomado em sua constante conexão e no permanente fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que possui como episódio isolado.

O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção, semana, mês etc. O trabalhador, porém, só é pago depois de sua força de trabalho ter se

troca de equivalentes. Não é a troca o segredo da mais-valia, mas o consumo de uma mercadoria específica: a força de trabalho. Na realidade, quando o trabalhador individual vende sua força de trabalho recebe um equivalente por ela: o salário. Este inclusive varia segundo a complexidade do trabalho realizado e o grau de qualificação exigido, isto é, segundo o valor da respectiva força de trabalho. O problema é que o trabalhador vende uma coisa: a **capacidade** para realizar algo, e a mais-valia vem da realização desta capacidade, o trabalho. Força de trabalho e trabalho não são as mesmas coisas. Uma coisa é a capacidade que uma coisa tem, outra coisa é a realização desta capacidade(**Nota do Editor**).

10 Bentham é o teórico por excelência da moral burguesa, utilitarista. Esta concepção reduz os homens à satisfação animal e pré-social dos seus interesses e desejos, pois cada um dos possuidores, "só cuida de si mesmo". Seu sistema propõem um cálculo de felicidade dos indivíduos dado em função do acesso a bens de consumo.



efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a mais-valia, em mercadorias. Ele produziu, dessa forma, tanto a mais-valia, que consideramos por enquanto apenas como fundo de consumo do capitalista, quanto o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este retorne a ele sob a forma de salário, e ele só fica ocupado enquanto não deixa de reproduzi-lo.

É uma parte do produto reproduzido continuamente pelo próprio trabalhador, que reflui constantemente para ele na forma de salário<sup>11</sup>. O capitalista paga-lhe, contudo, o valor das mercadorias em dinheiro. Mas o dinheiro não é nada mais que a forma transformada do produto do trabalho. Enquanto o trabalhador transforma parte dos meios de produção em produto, retransforma-se parte de seu produto anterior em dinheiro. É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio ano será pago. A ilusão, gerada pela forma monetária, desaparece imediatamente tão logo sejam consideradas a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista individual e do trabalhador individual<sup>12</sup>. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela. Esses títulos, o trabalhador os restitui, do mesmo modo constante, à classe capitalista e retira-lhe, com isso, aquela parte de seu próprio produto que é atribuída a ele. A forma mercadoria do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação.

Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição indispensável da produção capitalista.

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. O processo, porém, faz com que esses instrumentos de produção autoconscientes não fujam ao remover constantemente seu produto do polo deles para o polo oposto do capital. O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado

---

11 Como podemos perceber nesta frase, o salário do trabalhador **não é** um custo de produção, também **não é** um adiantamento feito pelo capitalista ao trabalhador daquilo que ele ainda não produziu, mas é uma parte do trabalho do próprio trabalhador, somente uma **parte**, que retorna à ele na forma de salário **(Nota do Editor)**.

12 A ilusão de que o salário do trabalhador é um custo de produção ou um capital adiantado, se desfaz quando consideramos o capital se reproduzindo, repetindo continuamente o processo de produção e considerando não o trabalhador e capitalista individual, mas a classe trabalhadora. Nesse caso, vemos que o valor "adiantado" pelo capitalista, o salário, é um valor criado pelos próprios trabalhadores **(Nota do Editor)**.

o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela ficção jurídica do contrato<sup>13</sup>.

O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro. **Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista**<sup>14</sup>. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho.

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.

## **CAPÍTULO 22: Transformação de Mais-valia em capital - Karl Marx**

Anteriormente tivemos de considerar como a mais-valia se origina do capital, agora, como o capital se origina da mais-valia. Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital.

Na medida em que cada transação isolada corresponde constantemente à lei do intercâmbio de mercadorias, isto é, o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende, e queremos mesmo admitir que por seu valor real, a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto. O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente<sup>15</sup>. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador

13 Aqui é desmascarado o princípio de liberdade. A liberdade é uma aparência produzida pelo fato do trabalhador individual ter a possibilidade de alternar e escolher o patrão. Mas a classe trabalhadora, uma vez que despojada das condições de sua sobrevivência, permanece em uma relação necessária de dependência para com a classe capitalista, como o escravo do senhor **(Nota do Editor)**.

14 Como se vê, o trabalhador não é propriedade de um capitalista particular, mas é propriedade do capital. Ele pode escolher não trabalhar para esse ou aquele patrão, **mas não pode escolher** não trabalhar para nenhum.

15 Como podemos ver, a ideia de que trabalhador e capitalista trocam equivalentes é uma mera aparência produzida quando consideramos apenas a esfera de troca de mercadorias, deixando de fora a esfera da produção, e a relação entre indivíduos e não entre classes sociais. Considerando deste último modo, vemos que o salário do trabalhador, assim como o capital produzido pela mais-valia anterior, é produzido pela própria classe trabalhadora. Deste modo, não existe troca de equivalentes porque sequer existe troca. O capitalista paga o trabalhador com o produto do trabalho do próprio trabalhador. Esta ilusão é produzida, dentre outros aspectos, pela obscura figura do dinheiro, que medeia todo processo, ocultando a divisão da jornada de trabalho entre trabalho não pago e trabalho pago. Se desmascara, aqui, o princípio

torna-se portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho. Pelo menos tinha de valer essa suposição, já que somente se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto<sup>16</sup>. A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava em sua identidade.

Por mais que o modo de apropriação capitalista pareça ofender as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina de maneira alguma da violação mas, ao contrário, da aplicação dessas leis.

Todavia, a coisa assume figura inteiramente diferente se consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e se, em vez de lançarmos o olhar sobre o capitalista individual e o trabalhador individual, lançamos sobre a totalidade, a classe capitalista e, diante delas, a classe trabalhadora. Mas com isso aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias<sup>17</sup>.

Na produção de mercadorias defrontam-se apenas, independentes um do outro, vendedor e comprador. Suas relações recíprocas chegam ao fim no dia de vencimento do contrato concluído entre eles. Se a transação se repetir, será em consequência de novo contrato, que não tem nada a ver com o anterior e no qual somente por acaso o mesmo comprador e o mesmo vendedor estarão de novo reunidos.

Se a produção de mercadorias ou um procedimento a ela pertencente deve ser julgado segundo suas próprias leis econômicas, temos de considerar cada ato de intercâmbio por si mesmo, fora de qualquer conexão com o ato de intercâmbio que o precedeu e com o que o segue. E visto que compras e vendas são efetuadas apenas

---

de igualdade(**Nota do Editor**).

16 Aqui é desmascarado o princípio capitalista da propriedade. A propriedade capitalista não é o direito de dispor sobre si mesmo, mas o direito do capitalista de se apropriar do trabalho e dos produtos do trabalho alheio sem dar nada em troca. Ao mesmo tempo, do ponto de vista do trabalhador, o princípio sagrado da propriedade se mostra como a impossibilidade deste se apropriar dos produtos de seu próprio trabalho. Em outras palavras, o princípio de propriedade burguês mostra-se como puro roubo(**Nota do Editor**).

17 Estes dois parágrafos são imprescindíveis. Os princípios burgueses (igualdade, liberdade e propriedade) são válidos quando consideramos indivíduos e não classes sociais. Por isto, eles são, ao mesmo tempo, verdadeiros e falsos. Verdadeiros quando consideramos apenas a esfera da troca de mercadorias e falsos quando consideramos o funcionamento da sociedade em seu conjunto. Daí veem toda confusão que o capitalismo produz na consciência das pessoas. Um indivíduo trabalhador é explorado pelo indivíduo capitalista que o emprega, mas não é roubado, dado que o primeiro não produziu o valor que o capitalista o adiantou na forma de salário, nem é sozinho responsável pelo capital já existente quando entra na fábrica. A propriedade se transforma em roubo quando consideramos o conjunto da classe trabalhadora frente a classe capitalista. Isto já indica que o potencial revolucionário do proletariado encontra-se não no trabalhador enquanto indivíduo, mas no reconhecimento do indivíduo trabalhador de sua identidade de classe com os demais(**Nota do Editor**).

entre indivíduos isolados, é inadmissível procurar nelas relações entre classes sociais inteiras<sup>18</sup>.

## **O Movimento Dialético Da Consciência Em *O Capital* De Marx – Jadir Antunes**

Como a relação de troca entre capital e trabalho esconde a diferença importante entre trabalho e força de trabalho, o trabalhador não percebe ainda a diferença de classe que há entre ele e o patrão. Como não houve coação direta do patrão sobre o trabalhador, como o trabalhador é proprietário de sua própria força de trabalho e como esta força foi posta e vendida no mercado pelo próprio trabalhador, a transação continua aparecendo, enganosamente, como uma transação entre homens livres e iguais entre si, como no começo da exposição.

Neste nível, portanto, a sociedade capitalista e suas contradições fundamentais permanecem ainda veladas pelo véu da troca de equivalentes. As classes sociais aparecem mistificadas na forma de indivíduos livres, iguais e proprietários, um do trabalho e outro do dinheiro. As contradições de classe ainda estão ocultas pela forma monetária da transação, o que aparece neste nível é uma relação harmoniosa entre os indivíduos, de um lado está o patrão e de outro o trabalhador, ambos reciprocamente dependentes.

Neste nível se forma a base para todas as concepções fantasiosas e democráticas sobre a sociedade burguesa e para a falsa consciência do trabalhador, que permanece se concebendo tão livre e igual quanto seu patrão. Neste nível, por isso, se forma a base para a charlatanice dos direitos inalienáveis do homem e para os discursos de salão da social-democracia, seja petista ou não. [...]

O dinheiro surge agora como valor que deve se valorizar na circulação e como o fim do processo de troca. O problema aqui é explicar como o dinheiro, seguindo a lei do valor e da equivalência entre as mercadorias, segundo a lei de comprar e vender pelo valor, pode se valorizar no processo. O problema é explicar como o dinheiro (D), ao se converter em M (uma massa de valor igual a D), sai ao final do processo de troca quantitativamente maior do que entrou no começo sem violar as leis da troca de mercadorias.

Ainda no interior desta segunda seção surge a resposta ao problema da valorização do valor com o surgimento de uma mercadoria determinada, a força de trabalho, e um vendedor, também determinado, o trabalhador [...]

Para que o contrato de trabalho entre capitalista e trabalhador possa ser realizado, será necessário o preenchimento das seguintes condições reais:

- 1) Que o possuidor venda sua corporalidade viva para o trabalho e não os produtos criados por este trabalho; que venda sua capacidade para o trabalho e não o trabalho criado por esta capacidade;
- 2) Que o possuidor desta força de trabalho apareça como pessoa duplamente livre: primeiro como pessoa que pertence a si própria, que tem a si mesmo como sua propriedade e, segundo, como pessoa não proprietária de todas as demais coisas necessárias ao exercício de suas capacidades para o trabalho.

---

18 Como se vê, as classes sociais jamais se encontram na sociedade capitalista para trocar mercadorias. Quem troca mercadorias são indivíduos isolados. Classes sociais se encontram para lutar, para definir os limites da jornada de trabalho, os direitos diversos e, no limite, o futuro da forma de sociedade em questão. **(Nota do Editor)**

Separado da propriedade destes meios, o trabalhador será, então, obrigado pela força impiedosa da necessidade, a oferecer sua força de trabalho como mercadoria em troca de dinheiro. Apesar do caráter evidentemente desumano deste momento, o intercâmbio e a circulação simples de mercadorias, dentro dos quais aparece o intercâmbio entre trabalhador e capitalista, continuarão aparecendo, como o paraíso dos direitos naturais do homem, como o paraíso moderno da liberdade, da propriedade, da igualdade e de Bentham, diz ironicamente Marx em O Capital.

**Liberdade:** os indivíduos ainda aparecem ilusoriamente como reciprocamente livres e independentes onde ambos se apropriam da riqueza do outro mediante o livre consentimento de sua vontade; ambos contratam como pessoas livres juridicamente iguais; não há comércio de corpos e pessoas mas apenas de faculdades humanas renováveis e utilizadas por um tempo acertado previamente entre os contratantes; não há ofensa à dignidade da pessoa humana já que apenas as faculdades humanas são alienadas e não os homens, a sua vontade e a sua pessoa natural.

**Propriedade:** os indivíduos aparecem como verdadeiros proprietários dos bens ofertados para troca; cada um vende apenas o que é seu por um direito natural; o capitalista aparece como proprietário de dinheiro e mercadorias e o trabalhador como proprietário de sua própria pessoa.

**Igualdade:** ambos aparecem como igualmente proprietários de mercadorias e trocam equivalente por equivalente; ninguém se apropria de coisa alheia sem devolver algo em troca e de valor equivalente; o trabalhador recebe do capitalista um salário equivalente ao valor de sua força de trabalho; aparente ausência de troca de não equivalentes, de mais-por-menos ou menos-por-mais.

**Bentham:** cada um dos contratantes cuida apenas de si próprio; o único poder que os reúne e os leva a se relacionar na troca é o proveito próprio, a vantagem particular, o interesse privado; mediante a realização de ambos os interesses particulares alcança-se o bem comum e o interesse geral.

Encerrado o processo de troca entre capital e trabalho, assinado o contrato de trabalho, acertados o salário e a duração da jornada de trabalho, seu começo, suas pausas e seu término, a exposição prossegue, então, para a análise do processo de produção realizado no interior da fábrica, onde, ali, novas determinações aparecerão para deitar por terra as abstratas e ideológicas determinações deste momento que ainda permanecem e se conservam. [...]

Como podemos perceber, o trabalhador, neste nível do processo de produção, concorda com a legitimidade da relação capitalista de trabalho e aceita ser usado e usufruído pelo patrão, o trabalhador não aceita apenas ser abusado por ele. Abusar é fazer uso da coisa além de suas medidas e funções naturais. Abusar é usar a coisa de modo irracional. É contra este emprego abusivo, e não contra o emprego enquanto tal da força de trabalho pelo capitalista, que nosso trabalhador se opõe aqui neste nível da exposição. A consciência que aqui se manifesta é a consciência sindical do trabalhador, que ainda aceita a relação capitalista de trabalho, que ainda não a concebe como injusta em si mesma, que ainda a compreende como injusta somente em seu excesso e abuso irracional, que ainda a compreende como injusta somente em seu modo de ser e não ainda em sua essência, que ainda luta, ingenuamente, para corrigir o defeito desta injustiça a adequá-la aos princípios e limites da natureza e da razão. [...]

**[Na seção VII de O Capital, iniciada no capítulo 21]** o dinheiro se reproduz incessantemente retornando sempre ao seu ponto de partida elevado quantitativamente.

D se converte em D' mediante extração de mais-valia do operário, D', por sua vez, retorna à circulação e se converte novamente em D que se converte[...] numa massa maior de mercadorias (M'), que, posta para circular no mercado, se converte novamente em D', que reinicia novamente todo o processo numa escala mais elevada que no começo e assim sempre de novo como num círculo vicioso.

Neste nível, nesta mera repetição do processo anterior, Marx demonstra que no segundo período de produção (seja dia, semana ou mês), o patrão paga o operário, na forma de salário, com a riqueza que o próprio operário produziu no período anterior. Demonstra também que os novos operários adicionais contratados pelo capitalista no processo de expansão do capital são pagos com mais-valia produzida pelos primeiros operários do momento anterior e nunca pelo capital do próprio capitalista, como prega a ideologia burguesa. Marx demonstra, ainda, mediante mera repetição do processo global, que após certo número de anos todo o capital original foi consumido pelo capitalista e sua família na forma de renda do capitalista e que todo o capital ainda existente é mais-valia acumulada no processo, é trabalho excedente do trabalhador que se converteu em capital. Marx demonstra neste nível que todas as noções de equivalência entre capital e trabalho são puras ilusões, puras aparências, puras fantasmagorias surgidas da circunstância de que a relação monetária entre capital e trabalho esconde a fundamental diferença entre trabalho e força de trabalho.

Na superfície da sociedade burguesa, onde todo progresso se apresenta de modo invertido, o capitalista compra diariamente a classe trabalhadora com uma riqueza que parece fluir magicamente de seu próprio bolso, a troca de não-equivalentes aparece mistificada na forma de troca entre equivalentes porque a transação toda se realiza mediada pela forma ofuscante do dinheiro, que esconde a divisão da jornada de trabalho entre trabalho não pago e trabalho pago e esconde, ainda, a conexão interna entre o processo de produção e o processo de acumulação que ocorre no subsolo da sociedade capitalista. "A troca de equivalentes que começava o processo mostra-se como mera aparência, como mera forma que é estranha ao próprio conteúdo e assim o encobre e o mistifica."

Se as seções anteriores haviam negado o princípio de equivalência na troca entre capital e trabalho, agora é negada a própria troca entre capital e trabalho. Ao comprar trabalho com mais-valia o capitalista compra na verdade trabalho com trabalho, negando, portanto, que o trabalho seja comprado com capital e que haja reciprocidade e equivalência nas trocas entre ele e o trabalhador. As leis da troca de mercadorias baseadas na equivalência entre elas transformam-se, desta maneira, em leis da apropriação capitalista sem troca. A riqueza acumulada pelo capitalista aparece, portanto, como **expropriação**, saque, pilhagem e roubo sobre o trabalhador. A crise se mostra, desta maneira, como crise social, como crise que emana das relações sociais antagônicas entre capital e trabalho.

A exposição ganha neste nível uma determinação importante que ainda não surgira nos momentos anteriores. Enquanto nos níveis anteriores estavam contrapostos frente a frente um capitalista individual e determinado e um operário individual, e do mesmo modo determinado (base das ilusões de escolha livre do operário), agora estão contrapostas frente a frente a totalidade das classes, a totalidade da sociedade. Postas as classes em sua totalidade, dissolve-se então a falsa concepção que o trabalhador tinha sobre sua liberdade de escolha e de movimentos. Caso nenhum capitalista particular comprar sua força de trabalho, então o trabalhador será desterrado para o charco do desemprego, da superpopulação excedente e do exército industrial de reserva



e separado, portanto, dos meios de subsistência que lhe garantem a vida. Neste nível quase todas as hipóteses vazias da economia burguesa foram varridas pela dialética impiedosa de Marx, quase todas as falsas explicações da apologética burguesa foram destruídas pela dialética da exposição.

(Jadir Antunes. A Fenomenologia do Espírito de Hegel e *O Capital* de Marx: Curso Introdutório - II)

## **O MÉTODO DIALÉTICO DE O CAPITAL**

### **O método em Marx - Jindrich Zeleny**

É fora de dúvida que, pelo que faz as fases pré-marxistas do conhecimento humano, se justifica trabalhar com o conceito de "tipo lógico do pensamento científico".

O conceito de "tipo lógico" pressupõe certa *estabilidade* das concepções categoriais e metodológicas em geral.

Do que foi dito da estrutura lógica do *Capital* se conclui que o marxismo não conhece a estabilidade e abstrata universalidade suprahistórica das concepções categoriais e metodológicas.[...]

Com o marxismo nasce, pois, deste ponto de vista um tipo lógico novo, uma racionalidade científica de novo tipo. Aqui desaparece o solo sobre o qual se levantava a metodologia geral no sentido positivista do termo e no sentido hegeliano ("ciência da lógica" ou metodologia geral).

Posto que Marx não reconhece nada dado *a priori*, estima também a lógica externa e exige concreção, **o descobrimento da "lógica específica do objeto específico"**, com isso está desautorizada radicalmente as tentativas de abstrair de *O Capital* uma metodologia "dialética" geral já pronta e aplicável a todos os objetos (desautoriza, então, as tentativas de entender a dialética de Marx no sentido de Lassalle).

(ZELENÝ, J. *La Estructura Lógica de 'El Capital' de Marx*. Barcelona: Grijalbo, 1974. pag.184)

### **Pós-fácio da Segunda Edição de O Capital – Karl Marx**

Os resenhistas alemães gritam, obviamente, contra a sofística hegeliana. O Correio Europeu, de Petersburgo, num artigo que examina exclusivamente o método de *O Capital* (número de maio de 1872, p. 427-436), considera o meu método de pesquisa rigorosamente realista, mas o meu método de exposição desgraçadamente alemão-dialético. Ele afirma:

"À primeira vista, se julgado pela forma externa de exposição, Marx é o maior filósofo idealista, no sentido germânico, ou seja, no mau sentido da palavra. De fato ele é, porém, infinitamente mais realista do que os seus predecessores na tarefa da crítica econômica. (...) Não se pode, de modo algum, chamá-lo de idealista".

A melhor resposta que possa dar ao autor é mediante alguns extratos de sua própria crítica, cuja transcrição poderá interessar a muitos dos meus leitores, para os quais o original russo não seja acessível. Depois de uma citação de meu prefácio da "Contribuição à Crítica da Economia Política" (Berlim, 1859, p. IV-VII), onde eu expus a fundamentação materialista do meu método, continua o senhor autor:

“Para Marx, só importa uma coisa: descobrir a lei dos fenômenos de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que os rege, à medida que eles têm forma definida e estão numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. Para ele, o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Uma vez descoberta essa lei, ele examina detalhadamente as consequências por meio das quais ela se manifesta na vida social. (...) Por isso, Marx só se preocupa com uma coisa: provar, mediante escrupulosa pesquisa científica, a necessidade de determinados ordenamentos das relações sociais e, tanto quanto possível, constatar de modo irreprensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. Para isso, é inteiramente suficiente que ele prove, com a necessidade da ordem atual, ao mesmo tempo a necessidade de outra ordem, na qual a primeira inevitavelmente tem que se transformar, quer os homens acreditem nisso, quer não, quer eles estejam conscientes disso, quer não. Marx considera o movimento social um processo histórico-natural, dirigido por leis que não apenas são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas, pelo contrário, muito mais lhes determinam a vontade, a consciência e as intenções. (...) Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da cultura, é claro que a crítica que tenha a própria cultura por objeto não pode, menos ainda do que qualquer outra coisa, ter por fundamento qualquer forma ou qualquer resultado da consciência. Isso quer dizer que o que lhe pode servir de ponto de partida não é a ideia, mas apenas o fenômeno externo. A crítica vai limitar-se a comparar e confrontar um fato não com a ideia, mas com o outro fato. Para ela, o que importa é que ambos os fatos sejam examinados com o máximo de fidelidade e que constituam, uns em relação aos outros, momentos diversos de desenvolvimento; mas, acima de tudo, importa que sejam estudadas de modo não menos exato a série de ordenações, a sequência e a conexão em que os estágios de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis gerais da vida econômica são sempre as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. (...) É exatamente isso o que Marx nega. Segundo ele, essas leis abstratas não existem. (...) Segundo sua opinião, pelo contrário, cada período histórico possui suas próprias leis. Assim que a vida já esgotou determinado período de desenvolvimento, tendo passado de determinado estágio a outro, começa a ser dirigida por outras leis. Numa palavra, a vida econômica oferece-nos um fenômeno análogo ao da história da evolução em outros territórios da Biologia. (...) Os antigos economistas confundiram a natureza das leis econômicas quando as compararam às leis da Física e da Química. (...) Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstrou que organismos sociais se distinguem entre si tão fundamentalmente quanto organismos vegetais e animais. (...) Sim, um mesmo fenômeno rege-se por leis totalmente diversas em consequência da estrutura diversa desses organismos, da modificação em alguns de seus órgãos, das condições diversas em que funcionam etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todos os tempos e em todos os lugares. Ele assegura, pelo contrário, que cada estágio de desenvolvimento tem uma lei demográfica própria. (...) Com o desenvolvimento diferenciado da força produtiva, modificam-se as circunstâncias e as leis que as regem. Marx, ao se colocar a meta de pesquisar e esclarecer, a partir desta perspectiva, a ordenação econômica do



capitalismo, apenas formula, com todo rigor científico, a meta que deve ter qualquer investigação exata da vida econômica. (...) O valor científico de tal pesquisa reside no esclarecimento das leis específicas que regulam nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e a sua substituição por outro, superior. E o livro de Marx tem, de fato, tal mérito”.

Ao descrever de modo tão acertado e, tanto quanto entra em consideração a minha aplicação pessoal do mesmo, de modo tão benévolo aquilo que o autor chama de “meu verdadeiro método”, o que descreveu ele senão o método dialético?

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Há quase trinta anos, numa época em que ela ainda estava na moda, critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana. Quando eu elaborava o primeiro volume de *O Capital*, epígonos aborrecidos, arrogantes e medíocres, que agora pontificam na Alemanha culta, se permitiam tratar Hegel como o bravo Moses Mendelssohn tratou Espinosa na época de Lessing, ou seja, como um “cachorro morto”. Por isso, confessei-me abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre o valor, até andei namorando aqui e acolá os seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária.

O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante — a crise geral. Esta se aproxima novamente, embora ainda se encontre nos estágios preliminares, e, tanto pela sua presença por toda parte quanto pela intensidade de seus efeitos, há de enfiar a dialética até mesmo na cabeça dos parasitas afortunadas do novo Sacro Império Teuto-Prussiano.

## **História, forma e conteúdo em *O Capital* – Roman Rosdolsky**

Como se sabe, ao contrário dos economistas clássicos, toda ação teórica de Marx procura “descobrir as leis *particulares* que regem, por um lado, a origem, a existência, o

desenvolvimento e a morte de um organismo social dado e, por outro, sua substituição por outro organismo superior”.

A partir de então, a questão que se coloca é saber em que medida a teoria do conhecimento das leis particulares pode aspirar uma validade puramente histórica e qual é sua relação com as leis econômicas aplicáveis a todas épocas sociais. De fato, “todos os níveis da produção têm certos pontos em comum”, unicamente porque “em todas as épocas, o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos”. Mas, diz Marx, não há nada mais simples do que colocar manifesto estes pontos em comum, “com objetivo de apagar ou confundir todas as diferenças históricas formulando leis relativas ao *homem no geral*”. No entanto, é “indispensável separar claramente os caracteres comuns para poder separar também suas diferenças fundamentais”. Da mesma maneira a teoria econômica deverá principalmente encontrar as *leis do desenvolvimento* da época capitalista para que a identidade existente entre as categorias desta época e as outras não levem a esquecer as diferenças fundamentais.

O que representa o desenvolvimento da esfera da economia? Expressa exatamente os caracteres *sociais específicos*. Em *O Capital* lemos: “Na medida em que o processo de trabalho não é mais que um simples processo que se desenvolve entre o homem e a natureza, seus elementos são simples e permanecem sendo comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento”. Mas cada nível histórico determinado “avança no desenvolvimento de suas bases materiais e suas formas sociais”. O que importa, portanto, são *estas* formas sociais que se distinguem do *conteúdo* proporcionado pela natureza.

Efetivamente, estas formas específicas são as que caracterizam cada nível particular da sociedade e da economia. Assim, resulta evidente que em todas as sociedades de classe, o excedente é criado pelos produtores imediatos é apropriado pela classe dominante. Mas o que importa saber é se foi criado por uma ou outra forma de trabalho: escravocrata, servil ou assalariado, posto que cada uma destas formas determinadas caracteriza tal ou qual época econômica. [...]

O sentido e o problema da *forma* e do *conteúdo* ultrapassam, todavia, a diferenciação entre as diversas épocas econômicas. De fato, em sua análise da economia capitalista, Marx trata não das *coisas*, mas das relações sociais que estas *coisas* encobrem. Essas relações e esses processos não podem ser compreendidos se dedicamos essencialmente a atenção a *forma da troca* do objeto analisado. Nesse sentido, a economia de Marx não é mais que uma *história das sucessivas formas* que revestem e despojam alternadamente o “capital em processo” ao longo de fases sucessivas de desenvolvimento.

Marx atribui importância decisiva em sua economia ao problema da forma e o conteúdo, que conduz a criticar tão vivamente a economia clássica. Efetivamente, esta considerava as formas específicas da produção e a distribuição burguesa como formas naturais e invariáveis. Partindo delas como condições prévias, devia considerar as formas da produção burguesa como “uma coisa cujo conteúdo – a produção de valor de uso – era inapreensível ou então teria necessariamente que fazer *coincidir* as “formas” com o “conteúdo”.

Pelo contrário, segundo a concepção dialética de Marx, o “conteúdo” e a “forma” que foi abstraída inicialmente tem ação e influência recíprocas, a forma modelando o conteúdo em luta permanente: constantemente o conteúdo despoja a sua forma e esta transforma o conteúdo. Se ao contrário, se considera a forma como uma coisa acessória e, por assim dizer, de alguma maneira exterior ao conteúdo, se cai em um dos dois

desvios possíveis: subestima-se a forma, sacrificando-a ao conteúdo, ou então se tende a fazer da forma histórica um absoluto. Como exemplo desse último caso podemos mencionar os economistas soviéticos que, partindo do fato de que a sociedade socialista futura repartirá as quantidades de trabalho social tendo em conta a medida que representam as horas de trabalho, chegam a conclusão de que a lei do valor seguirá vigente no socialismo. Assim, fazem do *substrato* "extra-histórico" do valor uma *forma* "extra-histórica" do mesmo.

(ROSDOLSKY, R. *La significación de "El Capital" para la investigación marxista contemporánea*. In: FAY, V. (org.). *Leyendo El Capital*. Trad. esp., Madrid: Fundamentos, 1972. pag. 227-9)

## **Teses para a dialética como método de exposição - Hans Friedrich Fulda<sup>19</sup>**

Marx diz no posfácio da segunda edição do primeiro livro de O capital que a dialética em Hegel estaria na cabeça. E a isso ele imediatamente vinculou a exigência de virá-la do avesso [*umstülpen*] para descobrir no invólucro místico o núcleo racional. A expressão "virar do avesso" é frequentemente compreendida como se ela significasse nesse posfácio apenas tanto quanto "virar de cabeça para baixo" [*Umkehren*]. Ao que parece, o virar de cabeça para baixo deve tirar a dialética da cabeça e pô-la nos pés, para que assim o núcleo racional caia do invólucro místico, como o coelho cai da cartola que tiramos da mão do mágico e que, sacudindo com força, viramos de cabeça para baixo.

Se tornarmos presente o sentido exato no qual os escritos do jovem Marx falam sobre o misticismo de Hegel, vemos facilmente que não se tem em vista esse simples contratuque contra o mágico especulativo. "Virar do avesso" assinala antes um procedimento tal como, por exemplo, se aplica a uma luva. Também nesse procedimento aquilo que antes estava em cima – circunstancialmente de modo invertido – vai agora para baixo. Mas, ao mesmo tempo, aquilo que antes estava fora, embora pertença circunstancialmente ao interior, vai agora de fato para dentro; e aquilo que nesse caso estava falsamente dentro vai para fora. [...]

Na verdade, as ideias do todo harmônico pertencem ao exterior, estão no lado dos aparecimentos sociais. Elas são aparências que aderem rigidamente a esses aparecimentos<sup>20</sup>. A mistificação tem consequências – assim como a transformação da

---

19 Este texto possui maior grau de dificuldade, mas devido a sua relevância para o debate sobre a dialética em Marx decidimos mantê-lo. A ideia geral aqui é a contraposição a ideia normalmente divulgada de que Marx inverteu a dialética de Hegel substituindo o idealismo pelo materialismo. É uma forma superficial de colocar a questão. A ideia de "virar do avesso" a dialética hegeliana, é mais fértil. Não se trata de jogar fora o idealismo, mas de mostrar como e porque as relações capitalistas aparecem de forma idealista: troca universal de mercadorias fundadas em princípios ideais de liberdade e igualdade. Nesse sentido, se em Hegel as contradições do mundo apareciam como algo externo no interior do qual se escondia um sistema justo, igual e livre; em Marx é o oposto. A liberdade e igualdade geral é que se mostra como aparência externa de um sistema cujo coração são as contradições entre as classes sociais.

20 Podemos tomar como base o trecho lido de O Capital para compreendermos esta questão do invólucro místico. Na circulação de mercadorias os indivíduos aparecem como livres e iguais. Hegel vê nesses atributos a unidade última e mais acabada dessa forma de sociedade. Marx, ao contrário, mostra que os indivíduos apenas *aparecem* como livres e iguais na circulação de mercadorias. Esta aparência encobre a contradição interior: a unidade dos indivíduos no mercado, enquanto compradores e vendedores de mercadoria, encobrem a contradição interior desses indivíduos enquanto classes sociais. Esses indivíduos livres e iguais se

dialética em um método que põe fim às mistificações. Nessa situação, a dialética se torna na verdade acrítica. O insuportável e as contradições que dominam no existente se fazem passar por suportáveis, pelo melhor pensável, pelo racional: por aquilo que com todo o resto constitui um todo benfeito. Uma vez que se tenha feito isso, já não se pode, conforme a opinião de Marx, tirar mais nenhuma consequência prática do registro das contradições.

Em contrapartida, se a dialética hegeliana é transformada na medida em que é virada do avesso, então não apenas a unidade essencial passa para o lado do exterior e da aparência, mas a contradição assume agora seu lugar correto. Ela se torna o interior e o verdadeiramente essencial. [...]

se as contradições se tornam o interior e as unidades harmônicas, em contraposição, se tornam o exterior (a aparência que nos aparecimentos encobre as contradições), então o caminho que conduz à respectiva contradição consiste a cada vez necessariamente no desencobrimento e na negação da essência aparente que encobriu a contradição. Portanto, longe de Marx ter por meio da transformação da dialética hegeliana simplesmente afastado a sua "mística" como um acessório incômodo, ele ao contrário fez do arrancar dos invólucros místicos, essencialmente pertencentes aos aparecimentos a serem investigados, parte integral constitutiva do próprio método de exposição.

(Hans Fulda. *Teses para a dialética como método de exposição (no "Capital" de Marx)*. Crítica Marxista. Nº 45. pag. 111-3)

## **Desenvolvimento dialético – Chris Arthur**

Lendo Hegel e Marx fica claro que a análise da totalidade por meio de argumento sistemático dialético é importante em suas obras. Esta é a questão quando considera-se no que exatamente consiste o desenvolvimento lógico do argumento em *O Capital*. Ele deve adequar-se ao seu objeto: mas aqui, eu sugiro, que o objeto é uma *totalidade* em que cada parte deve ser complementada com outras para ser o que ela é. Assim as relações internas tipificam o todo. Um objeto é internamente relacionado a outro se este outro é uma condição necessária de sua natureza. As relações em si, por sua vez, são situadas como momentos de uma totalidade.

O problema é que esta totalidade não pode ser compreendida tão facilmente. A sua articulação tem que ser demonstrada. Este problema metodológico não é de forma alguma o de encontrar um caso puro ou simplesmente isolado da complexidade concreta; trata-se de articular um conceito complexo que não pode ser atingido por algum tipo de intuição imediata. Ao fazê-lo, temos de começar com algum aspecto dele, mas a exposição pode reconstruir o todo a partir de um ponto de partida particular, porque podemos mover-nos logicamente de um elemento a outro ao longo de uma cadeia de relações internas. [...]

Portanto, **em um argumento dialético o significado dos conceitos sofrem modificações**, pois o significado de qualquer elemento em uma figura completa não pode ser concretamente definido logo de saída. Se o significado de cada elemento é determinado por seu lugar na totalidade, mas a exposição é forçada a começar com alguma relação isolada (e assim, nesse sentido, falsa) então o momento inicial pode ser

---

transformam enquanto classes sociais na sociedade no seu contrário: em exploração e escravidão de uma classe sobre a outra. Por isso a necessidade da dialética, que parte do aparente e penetra no interior contraditório.

caracterizado apenas em um modo provisório<sup>21</sup>. Na medida em que a apresentação do sistema avança para relações mais complexas, e concretas, a definição originária de um conceito move-se igualmente, em geral, em direção a uma determinação mais concreta. [...]

Dado que o conceito de “capital” como “valor que se auto valoriza” é um conceito muito complexo para se introduzir imediatamente, Marx começa pelo valor da mercadoria como tal, não porque o valor existisse antes do capital, mas porque o “valor... é a expressão mais abstrata do próprio capital e da produção nele baseada”. No entanto, apenas porque ele assim abstraído da totalidade capitalista, nenhuma definição acabada de valor pode ser dada no início; pois o valor só pode ser compreendido em suas formas de desenvolvimento. O valor adquire maior concretude e determinação quando esses desenvolvimentos posteriores se *refletem de volta nele*, por assim dizer.

A razão pela qual uma lógica linear [formal] não é apropriada é que o capitalismo está constituído como uma totalidade que forma seus elementos de modo que se separados dele tornam-se desnaturados. Se a existência do valor depende do pleno desenvolvimento da produção capitalista, então os conceitos do primeiro capítulo de Marx só podem possuir um caráter abstrato [...]. A exposição do sistema, começando com relações simples, mas determinada (como a forma-mercadoria), é em seguida forçada a abstrair-se violentamente das outras relações que na realidade as penetram e ajudam a constituir a sua eficácia; assim, é necessário no final reconceituar o significado do início. Dado que este ponto de partida está isolado, pois, abstraindo do todo, ele está necessariamente caracterizado de forma inadequada, porém, na medida que este elemento abstraído não possui significado fora da estrutura à qual ele pertence, a exposição pode então proceder precisamente questionando o seu *status*. A mesma dialética se aplica a estágios intermediários de derivação. Apenas ao final da reconstrução da totalidade a sua verdade é revelada: a verdade é sistema do ponto de vista da exposição.

(ARTHUR, Christopher J. *A nova dialética e "O capital" de Marx*. Trad. Pedro C. Chadarevian. São Paulo: Edipro, 2016. pag. 40-43)

## **Modo de exposição – Chris Arthur**

A apresentação pretende articular a estrutura interna, e a lei de movimento, de um todo (relativamente) autosustentável. O método empregado na apresentação das formas do valor a seguir pode parecer pouco familiar; vale a pena então detalhá-lo. O que ele não é: não é um método indutivo que generaliza, a partir de instâncias percebidas, uma lei hipotética dos fenômenos a ser testada experimentalmente. Não é um sistema hipotético dedutivo no qual um axioma se coloca na base de uma sequência de inferências que dele formalmente deriva, e cujo resultado já está, como se afirma, “contido” nas premissas. [...] Trata-se do desenvolvimento lógico de um sistema de categorias, ou formas de existência, da mais elementar e indeterminada até a mais rica

---

21 Observem que no trecho de *O Capital* estudado, os indivíduos são, inicialmente, definidos como sendo todos eles livres, iguais e proprietários. Não é um detalhe, os indivíduos de fato se apresentam dessa forma no mercado. Esta é a condição para comprar e vender mercadorias. Mas é uma definição **provisória** já que quando a exposição continua e passamos a tratar do indivíduo dentro da totalidade produção-circulação de capital, esses indivíduos se transformam em membros de uma classe social, não livres e não iguais. Mas isto não significa que a definição anterior foi substituída por uma nova, a definição dialética leva em conta TODO o processo de exposição. Os indivíduos continuam como livres e iguais no mercado, mas, agora, esta é apenas uma dimensão unilateral e abstrata dele.

e mais concreta. É inegável que o resultado não pode estar “contido” na premissa, dado que esta última é mais pobre em conteúdo que a anterior. [...]

A apresentação termina quando todas as condições de existência necessárias de serem abordadas são compreendidas pelo sistema de categorias como um todo desenvolvido. [...] O ponto de partida não é um axioma ou um fato dado do qual todo o resto depende. Em vez disso, a forma original torna-se realidade e ganha veracidade por meio da dialética delimitada.

Alguns aspectos a respeito desse método hegeliano precisam ser acrescentados. Primeiro, porque o desenvolvimento é da forma mais pobre a forma mais rica, uma transição não pode ser tão formalmente necessária a ponto de um computador ser capaz de prevê-la. Ao contrário, uma certa abertura e criatividade está presente. Hegel fala aqui de “uma primavera ascendente da mente”. Isto permite a Hegel apresentar o que ele considera um desenvolvimento logicamente necessário, sendo ao mesmo tempo uma produção autônoma e livre do espírito. [...] A coerência da lógica é ao mesmo tempo a coerência da realidade. Nós, claro, estamos lidando desde o início com formas da realidade, das quais os equivalentes categóricos destacados em Hegel devem sempre ser interpretados em termos de um sistema real de troca de mercadorias. Por fim, devemos explicar que um domínio *específico* da realidade, ou seja, a troca de mercadorias capitalistas, pode, no entanto, dar lugar às mais abstratas categorias.

(ARTHUR, Christopher J. *A nova dialética e “O capital” de Marx*. Trad. Pedro C. Chadarevian. São Paulo: Edipro, 2016. pag. 99-103)

## **O Método da Economia Política – Karl Marx, *Grundrisse***

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. A primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex. começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos,



começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, **o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida**, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.

### Questões para debate

1) Explique por que a relação entre a classe capitalista e proletária na sociedade, vista como escravidão, exploração e expropriação, é mais concreta do que a relação que percebemos entre trabalhador individual e capitalista individual, como livres, iguais e proprietários.

a) A relação entre indivíduos como livres, iguais e proprietários seria uma ilusão puramente subjetiva da cabeça desses indivíduos?

2) Marx afirma que: "A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica". Em que sentido no intercâmbio entre capitalista e trabalhador a forma difere de seu conteúdo?

3) Faz sentido dizer que um trabalhador individual é livre, igual e proprietário e, ao mesmo tempo, escravo, explorado e expropriado?

4) Nas questões acima, uma mesma relação foi discutida da perspectiva do entrelaçamento entre abstrato-concreto; forma-conteúdo; oposição externa e contradição. Mostre como esta perspectiva se diferencia daquela da metafísica e do empirismo.

## **PARTE 3 – DIALÉTICA: POLÍTICA E MORAL**

### ***DIALÉTICA E POLÍTICA***

#### **Sobre Lassale – Karl Marx**

[a julgar pelo Heráclito de Lassale], ele descobriria às próprias custas que uma coisa é construir uma crítica de uma ciência e assim pela primeira vez levá-la ao ponto em que uma exposição dialética é possível, e outra coisa bem diferente é aplicar um sistema lógico abstrato, já feito". (Marx à Engels, 1 de fevereiro de 1858)

Hegel nunca chamou de dialética à subsunção[enquadramento] de uma massa de 'casos' a um princípio geral. (Marx a Engels, 9 de dezembro de 1861)

#### **Sobre Proudhon – Karl Marx**

[...] demonstro, entre outras coisas, quão pouco Proudhon penetrou no segredo da dialética científica, como, por outro lado, compartilha das ilusões da filosofia especulativa, na medida em que desvirtua as categorias econômicas em ideias eternas, preexistentes – em vez de as conceber enquanto expressões teóricas de relações históricas de produção, correspondentes a um determinado nível de desenvolvimento da produção material – e, assim, por esse desvio, retorna, novamente, ao ponto de vista da economia burguesa. ((Carta a J. B. Von Schweitzer) Karl Marx 24 de Janeiro de 1865)

#### **Partido, Classe e Direção. A Penetração Dialética – Leon Trotsky**

Existe um aforismo liberal-evolucionista: cada povo tem o governo que merece. A História, no entanto, demonstra que um mesmo povo pode ter, no transcurso de uma época relativamente curta, diferentes governos (Rússia, Itália, Alemanha, Espanha etc.) e, ainda mais, que a ordem destes governos não segue absolutamente na mesma direção do estadismo à liberdade, como imaginavam os liberal-evolucionistas. O segredo está em que um povo é formado por classes hostis entre si e estas, por sua vez, por camadas diferentes e por vezes antagônicas, cada uma sob uma direção diferente. Além disso, cada povo sofre a influência de outros povos que também são formados por classes. Os governos exprimem a "maturidade" em desenvolvimento de um povo, mas são o produto da luta das diferentes classes e das diferentes camadas dentro de uma mesma classe e, por último, o produto da ação das forças externas (alianças, conflitos, guerras etc.). Deve-se acrescentar a isto que um governo, uma vez tendo estabelecido, pode durar muito mais que as relações de força que o produziram. É precisamente desta contradição histórica que surgem as revoluções, os golpes de Estado, as contrarrevoluções etc.

A mesma penetração dialética é necessária quando se trata da direção de uma classe. Imitando os liberais, nossos sábios aceitam tacitamente o axioma de que cada classe tem a direção que merece. Na realidade, a direção, de nenhum modo, é um simples "reflexo" de uma classe ou o produto de sua própria criação livre. Forja-se a

direção no processo dos choques entre diferentes classes e das fricções entre as diferentes camadas dentro de determinada classe. Uma vez assumido seu papel, a direção invariavelmente se eleva acima de sua classe, com o que fica predisposta a sofrer pressões e influências de outras classes. O proletariado pode "tolerar" por longo tempo uma direção que tenha sofrido um processo de completa degeneração interna, contanto que ela não tenha tido a oportunidade de evidenciar essa degeneração diante dos grandes acontecimentos. É necessário um grande abalo histórico para aparecer a aguda contradição entre a direção e a classe. Os abalos históricos mais poderosos são às guerras e as revoluções. Precisamente por este motivo é que, com frequência, a classe operária é pega desprevenida pela guerra e pela revolução. Mas mesmo nos casos em que a velha direção tenha revelado sua corrupção interna, a classe não pode improvisar imediatamente uma nova direção, se não herdou do período anterior sólidos quadros revolucionários, capazes de aproveitar o colapso do velho Partido dirigente. A interpenetração marxista - quer dizer, dialética, e não escolástica - das relações entre uma classe e sua direção não deixa pedra sobre pedra da série de sofismas "vulgares" do nosso autor.

### **Crise e Revolução - Trotsky**

Nos anos da reação, dediquei-me ao estudo do problema da conjuntura no comércio e na indústria, dos pontos-de-vista mundial e nacional. Movia-me o objetivo revolucionário de desejar estabelecer a relação de dependência entre as oscilações do comércio e da indústria e a fase à qual haviam atingido o movimento operário e a luta revolucionária. Também aqui, como sempre, guardei-me bem de estabelecer uma relação de dependência automática da política para com a economia. Era preciso demonstrar a interdependência que há no processo geral. Estava eu ainda em Hirschberg, na Boêmia, quando ocorreu na Bolsa de Nova Iorque o "black friday" (sexta-feira negra). Aquele abalo foi a primeira manifestação de uma crise mundial, na qual seria arrastada, necessariamente, também a Rússia sacudida pela guerra russo-japonesa e pela revolução. Quais seriam as consequências da crise? Predominava no partido, em ambas as frações, a ideia de que a crise aguçaria acentuadamente a luta revolucionária. Eu era de outro parecer. Depois de um período de grandes batalhas e grandes convulsões, as crises não produzem nas classes trabalhadoras movimentos de exaltação, mas as deprimem e lhes tolgem confiança nas próprias forças, desagregando-as. E então, só o reflorescimento da indústria pode suscitar um novo movimento de ascensão do proletariado, acordá-lo para nova vida, devolver-lhe a confiança em si mesmo e repô-lo em condições de retornar à luta. As minhas perspectivas foram criticadas com desconfiança. Os economistas oficiais do partido afirmavam que a fase de prosperidade era impossível sob o regime contrarrevolucionário. Eu, porém, partia da premissa de que ela seria inevitável; o novo surto industrial provocaria uma nova vaga de greve, e a nova crise econômica consequente daria impulso à luta revolucionária. As minhas previsões se verificaram. A ascensão industrial começou em 1910, malgrado a contrarrevolução. E vieram também as greves. Em 1912, quando, nas minas de ouro de Lena, os trabalhadores foram assassinados a tiros de fuzil, em todo país repercutiu o eco gigantesco. Em 1914, em meio uma crise inegável, Petersburgo viu de novo as barricadas dos trabalhadores. [...]

Aquelas experiências teóricas e políticas foram-me preciosíssimas, mais adiante. No III Congresso da Internacional Comunista tive a esmagadora maioria dos delegados

contra mim quando notei que o inevitável ressurgimento econômico da Europa do pós-guerra era a premissa de novas crises revolucionárias. Recentemente, tive de acusar o VI Congresso da Internacional por não ter absolutamente compreendido a mudança das condições econômicas e políticas na China, pois que o Congresso esperava erroneamente, a continuação da revolução, depois do seu cruel esmagamento, por se acentuar a crise econômica do país.

**A dialética do processo não é, em si, nada de complicado. Mas é mais fácil exprimi-la numa fórmula geral do que ir descobrindo a sua realidade nos fatos concretos.** Neste campo encontramos hoje anda preconceitos radicados que originam erros políticos de graves consequências.

(Trotsky, Leon. Minha Vida, pag. 192-193)

## **Dialética e Metafísica - Trotsky**

O pensamento marxista é dialético: considera todos os fenômenos em seu desenvolvimento, em sua passagem de um estado a outro. O pensamento do pequeno burguês conservador é metafísico: suas concepções são imóveis e imutáveis; entre os fenômenos existem paredes impermeáveis. A oposição absoluta entre uma situação revolucionária e uma situação não-revolucionária é um exemplo clássico do pensamento metafísico, segundo fórmula: o que existe, existe; o que não existe, não existe, e o resto é coisa de feitiçaria.

No processo histórico existem situações estáveis absolutamente não-revolucionárias. Existem ainda situações notoriamente revolucionárias. Há também situações contrarrevolucionárias (é preciso não esquecer-lo). Mas o que existe sobretudo em nossa época de capitalismo em decomposição são situações intermediárias, transitórias: entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária, entre uma situação pré-revolucionária e uma situação revolucionária ... ou contrarrevolucionária. São precisamente estes estados transitórios que têm uma importância decisiva do ponto de vista da estratégia política.

O que diríamos de um artista que não distinguisse mais que duas cores extremas no espectro? Que é daltônico ou meio cego, e que deve renunciar ao pincel. O que dizer de um político que não seja capaz de distinguir mais que dois estados: "revolucionário" e "não-revolucionário"? Que não é um marxista, mas um stalinista, que pode ser um bom funcionário, mas de modo algum um dirigente proletário.

Uma situação revolucionária se forma pela ação recíproca de fatores objetivos e subjetivos. Se o partido do proletariado se mostra incapaz de analisar a tempo as tendências da situação pré-revolucionária e de intervir ativamente em seu desenvolvimento, em lugar de uma situação revolucionária surgirá, inevitavelmente, uma situação contrarrevolucionária. É precisamente diante deste perigo que se encontra o proletariado francês atualmente. A política míope, passiva, oportunista, da Frente Única, e sobretudo dos stalinistas, que se converteram em sua ala direita: eis o principal obstáculo no caminho da revolução proletária na França.

### **Fatalismo e Marxismo**

O revolucionário proletário deve compreender, ante tudo, que o marxismo, única teoria científica da revolução proletária, nada tem em comum com a espera fatalista da "última" crise. O marxismo é, por sua própria essência, um guia para a ação revolucionária. O marxismo não ignora a vontade e a coragem, ajuda-as a encontrar o caminho justo.

Não há nenhuma crise que possa ser, por si mesma, "mortal" para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil ao proletariado derrotar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa à sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história. Não a fazem por azar nem segundo sua vontade, mas sim sob a influência de causas objetivas determinadas. Entretanto, suas próprias ações – sua iniciativa, sua audácia, sua devoção ou, pelo contrário, sua estupidez e sua covardia – entram como elos necessários na corrente do desenvolvimento histórico.

Ninguém enumerou as crises do capitalismo nem indicou de antemão qual delas será a "última". Mas toda nossa época e, sobretudo, a crise atual, ditam imperiosamente ao proletariado: Tome o poder! Se o partido operário, apesar das condições favoráveis, se revela incapaz de levar o proletariado à conquista do poder, a vida da sociedade continuará, necessariamente, sobre bases capitalistas; até uma nova crise ou uma nova guerra; quem sabe, até o desmoronamento completo da civilização europeia. (Trotsky, Leon. Aonde vai a França. Editora Desafio, pag.70)

## **Uma oposição pequeno-burguesa no Socialist Workers Party – Leon Trotsky**

É preciso chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome. Agora que a posição de ambas as frações em luta se delineiam com perfeita clareza, deve-se dizer que a minoria do Comitê Nacional encabeça uma típica tendência pequeno-burguesa. Como qualquer grupo pequeno-burguês dentro do movimento socialista, a oposição atual se caracteriza assim: atitude desdenhosa frente à teoria e uma inclinação ao ecletismo; desrespeito pela tradição de sua própria organização; ansiedade por uma "independência" pessoal às expensas da ansiedade pela verdade objetiva, nervosismo ao invés de consistência; disposição para saltar de uma posição a outra; falta de compreensão do centralismo revolucionário e hostilidade frente a ele; e finalmente, inclinação a substituir a disciplina do partido por vínculos pessoais e laços de camarilha. Naturalmente que nem todos os membros da oposição manifestam essas características com a mesma força. No entanto, como sempre ocorre em um bloco de cores mal pintadas, o tom é dado por aqueles que estão mais à distância do marxismo e da política proletária. Obviamente abre-se à nossa frente uma luta séria e prolongada. Neste artigo, não me proponho esgotar o problema, mas tentarei esboçar suas características gerais.

## **Ceticismo e ecletismo teóricos**

Em New International, de janeiro de 1939, os camaradas Burnham e Shachtman publicaram um longo artigo, "Intelectuais em retirada". O artigo, ainda que contivesse muitas ideias corretas e hábeis caracterizações políticas, estava inutilizado por um defeito fundamental que o viciava, senão o invalidava. Enquanto se polemizava contra rivais que se considerava — sem razão suficiente — acima de tudo, como proponentes de uma "teoria", o artigo deliberadamente não elevava o problema a um nível teórico. Era absolutamente necessário explicar porque os intelectuais "radicais" norte-americanos aceitavam o marxismo sem a dialética (uma campanha sem som). O segredo é simples. Em nenhum outro país houve uma recusa tão grande da luta de classes como na terra da "oportunidade ilimitada". A negação das contradições como força motriz do desenvolvimento, conduz à negação da dialética como a lógica das contradições no domínio do pensamento teórico. Assim como na esfera da política, se acreditava possível

convencer todos sobre a correção de um programa "justo" através de inteligentes silogismos, e de que a sociedade poderia ser reconstruída com medidas "racionais", assim também na esfera da teoria se aceitava, como demonstrado, que a lógica aristotélica, rebaixada ao nível do "senso comum", seria suficiente para solucionar todas as questões.

O pragmatismo, mescla de racionalismo e empirismo, se transformou na filosofia nacional dos Estados Unidos. A metodologia teórica de Max Eastman não é fundamentalmente diferente da metodologia de Henry Ford — ambos consideram a sociedade viva desde o ponto de vista de um "engenheiro" (Eastman, platonicamente). Historicamente, a atual atitude desdenhosa frente à dialética se explica simplesmente pelo fato de que os avós e bisavós de Max Eastman e outros, não necessitaram da dialética para conquistar territórios e se enriquecerem. Porém, os tempos mudaram e a filosofia do pragmatismo entrou em um período de falência igual ao do capitalismo norte-americano.

Os autores do artigo não mostraram, não puderam ou não souberam mostrar esta conexão interna entre filosofia e desenvolvimento material da sociedade, e explicaremos claramente porquê.

"Os dois autores do presente artigo", escreviam sobre si mesmos, "diferem completamente em sua análise sobre a teoria geral do materialismo dialético; um deles a aceita e o outro a nega... Não existe nada anômalo em tal situação. Ainda que, sem dúvida, a teoria está sempre ligada de uma ou outra forma à prática, a relação não é invariavelmente direta ou imediata; e como tivemos oportunidade de destacar antes, os seres humanos atuam muitas vezes inconsistentemente. Desde o ponto de vista de cada um dos autores, existe no outro, certa inconsistência entre "teoria filosófica" e prática política, que pode conduzir, em algumas ocasiões, a desacordos políticos concretos e decisivos. Porém, isso não acontece agora, nem ninguém ainda demonstrou que o acordo ou desacordo sobre as doutrinas mais abstratas do materialismo dialético afeta necessariamente as tarefas políticas concretas de hoje ou de amanhã - e os partidos políticos, os programas, e as lutas se baseiam em tais tarefas concretas. Todos nós podemos esperar que enquanto marchamos juntos, ou que quando haja mais tempo, também nos poremos de acordo sobre as questões mais abstratas. Entretanto, aí estão o fascismo, a guerra e o desemprego".

Qual é o significado deste raciocínio completamente assombroso? Visto que, algumas pessoas, através de um método incorreto, chegam algumas vezes a conclusões corretas, e como se pelo fato de que algumas pessoas, mediante um método correto, não com pouca frequência, chegam a conclusões incorretas, portanto... o método não tem grande importância. Meditaremos sobre o método alguma hora que tenhamos mais tempo, mas agora temos outras coisas para fazer. Imaginemos como raciocinaria um operário que, indo se queixar ao capataz de que suas ferramentas estão em mal estado, recebesse esta resposta: com más ferramentas é possível realizar um bom trabalho, e com boas ferramentas, muita gente só desperdiça material. Temo que tal operário, se trabalha por empreitada, responderia ao capataz com uma frase nada acadêmica.

Um operário vê as ferramentas como materiais refratários que opõem resistência, o que o obriga a apreciar as boas ferramentas; ao passo que um intelectual pequeno-burguês — Ah! — utiliza como suas "ferramentas" observações fugitivas e generalizações superficiais... até que os grandes acontecimentos caiam sobre sua cabeça.

Exigir que todo membro do partido esteja familiarizado com a filosofia da dialética, seria, naturalmente, inerte pedantismo. Porém um operário que tenha passado pela



escola da luta de classes, obtém a partir de sua própria experiência uma inclinação para o pensamento dialético. Ainda que não conheça esta palavra, está pronto a aceitar o próprio método e suas conclusões. Com um pequeno-burguês é pior. Naturalmente, existem elementos pequeno-burgueses ligados organicamente aos operários, que passam para o ponto de vista proletário sem uma revolução interior. Porém, constituem uma insignificante minoria. A coisa é muito diferente com a pequena-burguesia educada academicamente. Seus preconceitos teóricos já tomaram uma forma acabada, desde os bancos da escola. Por conseguirem aprender uma grande quantidade de conhecimentos, tanto úteis como inúteis, sem ajuda da dialética, acreditam que podem continuar, sem problemas, a viver sem ela. Na verdade, prescindem da dialética somente à medida que não conseguem afiar, polir ou agudizar teoricamente seus instrumentos de pensamento, e na medida em que não conseguem romper com o estreito círculo de suas relações diárias. Quando se vêm confrontados com grandes acontecimentos, perdem-se facilmente e reincidem em seus hábitos pequeno-burgueses de pensamento. [...]

A atitude do camarada Shachtman frente ao método dialético, tal como se expressa no argumento acima citado, não pode ser chamado de outra coisa que não seja ceticismo eclético. É evidente que Shachtman deixou-se contagiar por esta atitude, não na escola de Marx, mas entre os intelectuais pequeno-burgueses, nos quais são próprias todas as formas de ceticismo.

### **Advertência e verificação**

[...] A consciência humana, no entanto, tende para uma certa homogeneidade. A filosofia e a lógica são obrigadas a confiar nesta homogeneidade da consciência humana, e não no que carece de homogeneidade, ou seja, na inconsistência. Burnham não reconheceu a dialética, mas a dialética reconhece Burnham, ou seja, estende seu domínio sobre ele. Shachtman acredita que a dialética não tem nenhuma importância nas conclusões políticas, porém, nas conclusões políticas do próprio Shachtman vemos os frutos deploráveis de sua atitude desdenhosa frente à dialética. Deveríamos incluir este exemplo nos livros de texto sobre materialismo dialético.

No ano passado, recebi a visita de um jovem professor inglês, de economia política, simpatizante da Quarta Internacional. Durante nossa conversa sobre as formas e meios para realizar o socialismo, expressou, repentinamente, as tendências do utilitarismo inglês, no espírito de Keynes e outros: "É necessário fixar um claro objetivo econômico, elege os meios mais racionais para a sua realização" etc. Eu assinei: "Vejo que você é um adversário da dialética". Respondeu-me com certo assombro: "Sim, não vejo nada de útil na dialética". "No entanto — respondi-lhe — a dialética me permitiu determinar, fundamentando-me em umas poucas observações suas sobre problemas econômicos, a que setor do pensamento filosófico você pertence. Só este fato demonstra que existe um valor apreciável na dialética". A partir de então, ainda que não tenha tido notícias sobre meu visitante, não tenho nenhuma dúvida de que ele defende a Opinião de que a URSS não é um Estado operário, que a defesa incondicional da URSS é uma opinião "fora de moda", que nossos métodos organizativos são maus etc. Assim como podemos estabelecer o tipo geral de pensamento de uma dada pessoa, baseados na sua relação com os problemas práticos, concretos, também é possível predizer, aproximadamente, e uma vez conhecendo seu tipo geral de pensamento, como ele se aproximará de um determinado indivíduo ou de outra questão prática. Este é o incomparável valor educativo do método dialético de pensamento.

## O ABC da dialética materialista

[...] A dialética não é ficção ou misticismo, mas uma ciência das formas de nosso pensamento, na medida em que não se limita aos problemas cotidianos da vida, mas tenta chegar a uma compreensão de processos mais amplos e complicados. [...]

O pensamento vulgar trabalha com conceitos tais como capitalismo, moral, liberdade, Estado operário etc., considerando-os como abstrações fixas, presumindo que capitalismo é igual a capitalismo, moral é igual à moral etc. O pensamento dialético analisa todas as coisas e fenômenos em suas mudanças contínuas, uma vez que determina, nas condições materiais daquelas modificações, esse limite crítico em que "A" deixa de ser "A", um Estado operário deixa de ser um Estado operário.

O vício fundamental do pensamento vulgar radica no fato de querer se contentar com fotografias inertes de uma realidade que se compõe de eterno movimento. O pensamento dialético dá aos conceitos, através de aproximações sucessivas, correções, concreções, riqueza de conteúdo e flexibilidade; diria, inclusive, até certa suculência que, em certa medida, os aproxima dos fenômenos vivos. Não existe um capitalismo em geral, mas um capitalismo dado, em uma determinada etapa de desenvolvimento. Não existe um Estado operário em geral, mas um Estado operário determinado, em um país atrasado, rodeado por um cerco capitalista etc.

A relação entre o pensamento dialético e o pensamento comum é semelhante ao de um filme com uma fotografia. O filme não invalida a fotografia imóvel, mas combina uma série delas, de acordo com as leis do movimento. A dialética não nega o silogismo, mas nos ensina a combinar os silogismos de tal forma que nos leve a uma compreensão mais certa da realidade eternamente em mudança. Hegel, em sua Lógica, estabeleceu uma série de leis: mudança de quantidade em qualidade, desenvolvimento através das contradições, conflito entre o conteúdo e a forma, interrupção da continuidade, mudança e possibilidade em inevitabilidade etc., que são tão importantes para o pensamento teórico como o silogismo simples para as tarefas mais elementares.

Marx [...] descobriu uma base para a classificação científica das sociedades humanas no desenvolvimento de suas forças produtivas e na estrutura das relações de propriedade, que constituem a anatomia social. O marxismo substituiu a vulgar classificação descritiva que ainda floresce nas universidades, por uma classificação dialética marxista. Somente mediante a utilização do método de Marx é possível se determinar, corretamente, tanto o conceito do que seja um Estado operário, como o momento de sua queda.

Como vemos, tudo isso não contém nada de "metafísico" ou "escolástico", como afirma a ignorância vaidosa. A lógica dialética expressa as leis do movimento no pensamento científico contemporâneo. A luta contra a dialética materialista expressa, ao contrário, um passado distante, o conservadorismo da pequena-burguesia, a autossuficiência dos rotineiros universitários e... uma faísca de esperanças no outro mundo.

## A natureza da URSS

A definição da URSS, dada pelo camarada Burnham — "nem Estado operário, nem Estado burguês" — é **puramente negativa**, se separa da corrente do desenvolvimento histórico, oscila suspenso no ar, carece de toda partícula de sociologia e representa, simplesmente, uma capitulação teórica do pragmatismo frente a um fenômeno histórico contraditório.

Se Burnham fosse um materialista dialético, teria demonstrado as seguintes questões: 1) Qual a origem histórica da URSS? 2) Que mudanças este Estado sofreu durante a sua existência? 3) Essas mudanças passaram de quantitativas para qualitativas? Ou seja, criaram uma dominação historicamente necessária por parte de uma nova classe exploradora? Responder estas perguntas, teria obrigado Burnham a chegar à única conclusão possível: a URSS ainda é um Estado operário degenerado.

A dialética não é uma chave mestra para todas as questões. Não substitui a análise científica concreta. Porém, dirige esta análise pelo caminho correto, colocando-a a salvo de extravios estéreis no deserto do subjetivismo e do escolasticismo.

Bruno R. coloca os regimes fascista e o soviético em uma mesma categoria de "coletivismo burocrático", pelo fato de que a URSS, Itália e Alemanha estão todos governados por burocracias; aqui e ali, seguem-se os princípios da planificação; em um caso, se extingue a propriedade privada, no outro, se limita a propriedade privada etc. Desta forma, baseando-se em uma relativa semelhança de certas características externas, de origens distintas, de distinto peso específico, de distinta significação de classe, estabelece-se uma identidade fundamental de regimes sociais, completamente dentro do espírito dos professores burgueses que estabelecem categorias de "economia controlada", "Estado centralizado", sem se levar em conta, para nada, a natureza de classe de um ou de outro. No melhor dos casos, Bruno R. e seus seguidores ou semi-seguidores como Burnham, permanecem na esfera da classificação social ao nível de Linneo, que para sua justificação, teríamos que sublinhar, que viveu antes de Hegel, Darwin e Marx.

Ainda piores, e talvez mais perigosos, são aqueles ecléticos que expressam a ideia de que o caráter de classe do Estado soviético "não interessa", e que a direção de nossa política está determinada pelo "caráter da guerra". Como se a guerra fosse uma substância independente supra-social; como se o caráter da guerra não estivesse determinado pelo caráter da classe dominante, ou seja, pelo mesmo fator social que também determina o caráter do Estado. É assombrosa a facilidade com que alguns camaradas esquecem o ABC do marxismo, sob os golpes dos acontecimentos!

Não é surpreendente que os teóricos da oposição, que rechaçam o pensamento dialético, lamentavelmente capitulem diante da natureza contraditória da URSS. No entanto, a contradição entre as bases sociais assentadas pela revolução e pelo caráter da casta surgida da degeneração da revolução, não é só um fato histórico irrefutável, mas também uma força motriz. Em nossa luta pela derrubada da burocracia, nos baseamos nesta contradição.

Entretanto, alguns ultra-esquerdistas chegaram ao absurdo final, ao afirmarem que é necessário sacrificar a estrutura social da URSS para derrotar a oligarquia bonapartista! Não têm a mínima suspeita de que a URSS, sem a estrutura social criada pela evolução de Outubro, seria um regime fascista.

## **Capitalismo de Estado na Rússia - Tony Cliff**

Considerar a forma da propriedade independentemente das relações de produção (seria) uma abstração metafísica. Trotsky deu duas definições contraditórias do Estado operário: Por um lado, o critério é o nível de controle do proletariado, seja direto ou indireto, sobre o poder do Estado, por mais restringido que possa resultar; isto significa que o proletariado tem a capacidade de desfazer-se da burocracia com simples reformas, sem necessidade de uma revolução. A segunda definição de Trotsky baseia-se

em um critério completamente diferente. Por mais que a máquina do Estado esteja separada das massas, e a única forma de desfazer-se da burocracia seja através da revolução, enquanto os meios de produção sigam nas mãos do Estado, este permanece um Estado operário, e o proletariado continuaria como classe dirigente. Trotsky contribuiu mais que qualquer outro marxista para a compreensão do regime stalinista, sua análise esbarrou em uma grave limitação - um formalismo conservador contraditório com a natureza do marxismo **que subordina sempre a forma ao conteúdo**.

(Tony Cliff. State Capitalism in Russia. Londres, Pluto Press, 1974)

## ***DIALÉTICA E MORAL***

### **Interdependência dialética entre fins e meios – Trotsky, Moral e Revolução**

O meio não pode ser justificado senão pelo fim. Mas também o fim precisa de justificação. Do ponto de vista do marxismo, que exprime os interesses históricos do proletariado, o fim está justificado se levar ao reforço do poder do homem sobre a natureza e à supressão do poder do homem sobre o homem.

Isto significa então que, para atingir este fim, tudo é permitido? - perguntará sarcasticamente o filisteu, demonstrando que não entendeu nada. É permitido, responderemos, tudo aquilo que leve realmente à libertação dos homens. Já que este fim não pode ser atingido senão por via revolucionária, a moral emancipadora do proletariado tem necessariamente um caráter revolucionário. Como aos dogmas da religião, esta moral se opõe a todos os fetiches do idealismo, gendarmes filosóficos da classe dominante. Ela deduz as normas de conduta das leis do desenvolvimento social, isto é, antes de tudo, da luta de classes, que é a lei das leis.

O moralista ainda insiste: Isto significa então ave, na luta de classes contra o capitalismo, são permissíveis todos os meios? A mentira, a falsificação, a traição, o assassinio, etc?

Respondemos: são admissíveis e obrigatórios apenas os meios que aumentam a coesão do proletariado, inflamam sua consciência com um ódio inextinguível para com toda forma de opressão, ensinam-lhe a desprezar a moral oficial e seus arautos democráticos, dão-lhe plena consciência de sua missão histórica e aumentam sua coragem e sua abnegação. Donde se conclui, afinal, que nem todos os meios são válidos.

Quando dizemos que o fim justifica os meios, disto deriva para nós que o grande fim revolucionário repudia, entre estes meios, os procedimentos e os meios indignos que lançam uma parte da classe operária contra outra; ou que tentam fazer "a felicidade das massas" sem a sua organização, substituindo-as pela adoração dos "chefes". Acima de qualquer outra coisa, a moral revolucionária condena irreduzivelmente o servilismo para com a burguesia e o desprezo para com os trabalhadores, que é uma das características mais arraigadas na mentalidade dos pedantes e dos moralistas pequeno-burgueses.

Estes critérios, é obvio, não definem o que é consentido ou não em cada situação determinada. Não existem respostas automáticas deste tipo. As questões da moral revolucionária confundem-se com as questões da estratégia e tática revolucionárias. Somente a experiência viva do movimento, iluminada pela teoria, pode dar a resposta certa a esses problemas.

O materialismo dialético não separa os fins dos meios. O fim é deduzido de maneira natural do dever histórico. Os meios estão organicamente subordinados ao fim. O fim imediato transforma-se no meio do fim ulterior. Ferdinand Lassalle em seu drama Franz von Sickingen faz um de seus personagens dizer:

Não indique apenas o fim,  
mas mostra também o caminho  
porque o fim e o caminho  
tão unidos estão  
que um muda com o outro  
e com ele se move  
- e cada novo caminho  
revela um novo fim.

Os versos de Lassalle são bastante imperfeitos e, o que é pior, o próprio Lassalle, em sua conduta política prática, abandonou a norma que exprimia nestes termos: sabe-se que chegou inclusive a manter negociações secretas com Bismarck. Mas a interdependência entre fins e meios está expressa nestes versos. É preciso semear um grão de trigo se se quiser obter uma espiga de trigo.

O terrorismo individual é ou não admitido do ponto de vista da "moral pura"? Nesta forma abstrata, a pergunta é para nós totalmente desprovida de sentido. Os burgueses conservadores suíços ainda tributam elogios oficiais ao terrorista Guilherme Tell. As nossas simpatias estão sem reservas com os terroristas irlandeses, russos, polacos, hindus, que combatem um jugo político e nacional. Kirov, sátrapa brutal, não suscita em nós a mínima compaixão. E se viéssemos a saber que Nicolaiev o abateu conscientemente com o fim de vingar os operários cujos direitos Kirov espezinhava, nossas simpatias estariam sem reserva com o terrorista. Mas o elemento decisivo aos nossos olhos não é o móvel subjetivo, é a utilidade objetiva. Um tal meio pode-nos conduzir ao fim? Pelo que se refere ao terrorismo individual, a teoria e a experiência demonstram o contrário. Nós dizemos ao terrorista: "Não é possível substituir as massas; teu heroísmo só pode encontrar aplicação útil no seio do movimento de massas." Nas condições de uma guerra civil, o assassinio de certos opressores deixa de ser terrorismo individual. Se um revolucionário fizer saltar o general Franco e seu estado maior, duvido que este ato sustasse indignação moral mesmo entre os eunucos da social-democracia. Em tempos de guerra civil um ato deste gênero seria politicamente útil. Assim, na questão mais grave - a do homicídio - as normas morais absolutas são de todo inoperantes. O juízo moral está condicionado, como o juízo político, pelas necessidades internas da luta.

A emancipação dos operários não pode ser senão obra dos próprios operários. Não há, pois, crime pior do que enganar as massas, do que fazer passar as derrotas por vitórias e os inimigos por amigos, do que corromper os chefes, do que inventar lendas, do que fabricar processos judiciais de impostura - enfim, do que fazer o que fazem os stalinistas. Estes meios podem servir apenas a um fim: prolongar o domínio duma

camarilha condenada pela História. Não podem servir, porém, à emancipação das massas. Eis porque a IV Internacional sustenta contra o stalinismo uma luta de morte.

As massas, normalmente, não estão isentas de falhas. Não estamos inclinados a idealizá-las. Temo-las visto em múltiplas circunstâncias, em várias fases, em meio às vastas conclusões. Notamos suas fraquezas e suas qualidades. Qualidades: a decisão, a abnegação, o heroísmo que encontram sempre sua mais alta expressão nos períodos de ascenso revolucionário. Nestes momentos, os bolchevistas estão à cabeça das massas. Outro capítulo da história se abre quando se revelam as fraquezas dos oprimidos: heterogeneidade, insuficiência cultural, horizontes limitados. Cansadas, deprimidas, desiludidas, as massas perdem a confiança em si mesmas e cedem lugar a uma nova aristocracia. Neste período, os bolchevistas (os "trotskistas") encontram-se isolados das massas.

Na prática já percorremos dois ciclos análogos: 1897-1905, anos de refluxo; 1907-1913, anos de refluxo; 1917-1923, anos marcados por uma ascensão sem precedentes na história; depois um novo período de reação, que ainda não acabou. Graças a esses eventos, os "trotskistas" aprenderam a compreender o ritmo da história - em outros termos, a dialética da luta de classes. Aprenderam, parece que com sucesso, a subordinar a esse ritmo objetivo seus desígnios subjetivos e seus programas. Aprenderam a não desesperar, porque as leis da história não dependem de nossas inclinações individuais ou de nossos critérios morais. Aprenderam a subordinar suas inclinações individuais a estas leis. Aprenderam a não temer nem mesmo os inimigos mais poderosos, se a potência destes inimigos estiver em contradição com as exigências do desenvolvimento histórico. Sabem nadar contra a correnteza com a profunda convicção de que um novo fluxo histórico de renovada potência os levará a outra margem. Nem todos chegarão: alguns se afogarão ao longo do caminho. Mas participar desse movimento com os olhos bem abertos, com a máxima tensão da vontade, esta já é por si a suprema satisfação moral que pode ser dada a um ser pensante!

## **Como Encaram Teórica e Praticamente Nossos Mestres o Problema Moral – Nahuel Moreno**

O "Velho", em seu conhecido folheto "A Moral Deles e a Nossa" (ou Moral e Revolução) deu as linhas gerais da moral revolucionária. Combatendo a concepção da pequena-burguesia, principalmente a intelectual, que sustentava e sustenta que há uma moral acima das classes que obriga a todos os homens a respeitar certos princípios, deveres morais, reivindicou a relatividade e o caráter de classe de nossa moral, como da moral em geral.

Nada de princípios absolutos, gerais, para a moral; a base da nossa é a revolução proletária. Tudo que a favoreça em nossa conduta é moral, entra dentro de nossos valores: tudo que a debilite ou vá diretamente contra a revolução, é imoral. Estes princípios nos obrigam a colocar o eterno problema dos meios e dos fins. Como sabemos que tal meio ou atitude moral serve à revolução? "Os fins justificam os meios" dizia a velha moral dos jesuítas. Trotsky respondia; "sim, sempre que os meios levem aos fins". Ou seja, entre fins e meios há uma dialética, já que nem todos os meios são viáveis, úteis. Mentir ao movimento de massas não serve para nada ainda que quem o faça tenha as melhores intenções, já que rebaixa o nível de compreensão dos fenômenos políticos e sociais pelos trabalhadores. É, portanto, não só um erro político, senão uma grave falta moral. Porém, um companheiro que tem uma missão dentro de um ambiente



inimigo tem que mentir sistematicamente, porque sua mentira vai a favor do desenvolvimento do partido e da revolução. Se por exemplo, um companheiro despedido da Kaiser de Córdoba vem a Buenos Aires para buscar trabalho, por ter sido incluído nas listas negras da patronal cordobesa, logicamente não dirá a verdade aos novos patrões: "fui demitido da Kaiser porque era ativista sindical". Sua mentira é válida, estritamente moral.

Os intelectuais pequeno-burgueses assustados pelos que dizem que existe um princípio moral sagrado, "não mentir", dizem: "portanto esse companheiro de Córdoba de vocês é um imoral de marca maior, vive mentindo a todos os patrões de Buenos Aires a quem pede trabalho".

### **[Sobre a violência] – Leon Trotsky**

Não se trata, naturalmente, de uma matéria de moralidade abstrata. Todas as classes e todos os partidos abordavam o problema do assassinio, não do ponto de vista do mandamento bíblico, mas do ponto de vista dos interesses históricos implícitos. Quando o Papa e os seus cardeais abençoaram as armas de Franco, nenhum dos estadistas conservadores sugeriu serem encarcerados por incentivo ao homicídio. Os moralistas oficiais levantavam-se contra a violência, quando a violência em questão é revolucionária. Ao contrário, quem quer que realmente lute contra a opressão de classe, deve reconhecer, necessariamente, a Revolução. Quem quer que reconheça a Revolução, reconhece a guerra civil.

## ***DIALÉTICA: OPORTUNISMO, CENTRISMO SECTARISMO***

### **Carta Aberta ao camarada Burnham – Leon Trotsky**

Quem quer que conheça a história das lutas de tendências dentro dos partidos operários, sabe que as deserções para o campo do oportunismo e mesmo para o campo da reação burguesa, muito frequentemente, começaram com o rechaço da dialética. Os intelectuais pequeno-burgueses, consideram a dialética como o ponto mais vulnerável do marxismo e, ao mesmo tempo, tiram vantagem do fato de que fica mais difícil aos operários verificarem as diferenças no plano filosófico do que no plano político. Tal fato, conhecido há muito, está demonstrado por toda a evidência da experiência. Além disso, é inadmissível desconhecer um fato ainda mais importante, que é o fato de que todos os maiores e mais destacados revolucionários — primeiro e antes de mais nada, Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring — se basearam no materialismo dialético. [...]

Na Rússia, três marxistas acadêmicos muito proeminentes – Struve, Bulgakov e Berdiaev – começaram rechaçando a doutrina filosófica do marxismo e terminaram no campo da reação e da Igreja Ortodoxa. Nos Estados Unidos, Eastman, Sidney Hook e seus amigos, utilizaram a oposição à dialética como pretexto para as suas transformações de companheiros de viagem do proletariado, em companheiros de viagem da burguesia. Poderíamos ainda citar exemplos semelhantes de outros países. O exemplo de Plekanov, que parece uma exceção, na realidade só confirma a regra. Plekanov foi um notável propagandista do materialismo dialético, mas durante toda a sua vida nunca teve ocasião de participar na verdadeira luta de classes. Seu pensamento estava divorciado da prática. A revolução de 1905, e posteriormente a guerra mundial,

jogaram-no no campo da democracia pequeno-burguesa e obrigaram-no a renunciar, na realidade, ao materialismo dialético. Durante a guerra mundial, Plekanov apresentou-se abertamente como protagonista do categórico imperativo kantiano na esfera das relações internacionais: "Não faças aos outros o que não queres que façam a ti". O exemplo de Plekanov só demonstra que o materialismo dialético em si e por si só, ainda não fazem de um homem um revolucionário.[...]

No entanto, em seu caso, o problema não se reduz à dialética. Em sua resolução, as observações no sentido de que você não coloca agora à decisão do partido, a questão da natureza do Estado soviético, na verdade significam que você coloca esta questão, senão juridicamente, pelo menos teórica e politicamente. Somente as crianças são incapazes de entender tal coisa. Esta mesma declaração tem também um outro significado, muito mais violento e perigoso. Significa que você divorcia a política da sociologia marxista. No entanto, para nós, o nó da questão radica, precisamente nisto. Se for possível definir corretamente o Estado sem utilizarmos o método do materialismo dialético; se for possível determinar corretamente a política, sem fazer uma análise de classe do Estado, surge então a seguinte pergunta: Existe alguma necessidade de marxismo, qualquer que seja ela? [...]

Aparentemente, você parece considerar que ao recusar-se a discutir o materialismo dialético e a natureza de classe do Estado soviético e ao destacar as questões "concretas", atua como um político realista. Este autoengano é fruto de seu conhecimento inadequado sobre a história dos últimos 50 anos de lutas fracionais dentro do movimento operário. Em toda discussão de princípios, sem qualquer exceção, os marxistas, invariavelmente, procuraram colocar claramente ao partido os problemas fundamentais de doutrina e de programa, considerando que somente nesta situação as questões "concretas" poderiam se situar em seu verdadeiro lugar e proporção.

Por outro lado, **os oportunistas de todo tipo, especialmente aqueles que sofreram algumas derrotas no terreno das discussões de princípio, invariavelmente contrapõem à análise marxista de classe, apreciações conjunturais "concretas" que formulam**, como de costume, sob a pressão da democracia burguesa. Através de décadas de luta fracional, esta divisão de papéis persistiu. A oposição, permita-me assegurar, não inventou nada de novo. Continua a tradição do revisionismo na teoria, e do oportunismo na política.

No final do século passado, as tentativas revisionistas de Bernstein, que na Inglaterra se realizaram sob a influência do empirismo e do utilitarismo anglo-saxão — a mais podre das filosofias! — foram impiedosamente rechaçadas. Depois disso, repentinamente, os oportunistas alemães se distanciaram da filosofia e da sociologia. Nos congressos e na imprensa, não paravam de censurar os marxistas "pedantes" que substituíam as "questões políticas concretas" com considerações gerais de princípio. Leia os anais da social-democracia alemã do final do século passado e inícios do atual, e você mesmo ficará assombrado com o grau em que, como dizem os franceses, *le mort saisit le vif* (o morto agarra o vivo)!

Você não conhece o grande papel jogado pelo Iskra no desenvolvimento do marxismo russo. O Iskra começou com a luta contra o chamado "economicismo" dentro do movimento operário e contra o *narodniki* (Partido dos Socialistas Revolucionários). O principal argumento dos "economicistas" era o de que o Iskra vagava na esfera da teoria enquanto que eles, se propunham a dirigir o movimento operário concreto. O principal argumento dos socialistas-revolucionários era o seguinte: o Iskra quer fundar uma escola de materialismo dialético, enquanto nós queremos derrotar a autocracia czarista.

Deve-se destacar que os terroristas *narodnikis* levavam suas palavras ao pé-da-letra: de bombas nas mãos, sacrificavam suas vidas. Nós discutíamos com eles: "Em certas circunstâncias, uma bomba é uma coisa excelente, mas antes devemos aclarar nossas mentes". Faz parte da experiência histórica, o fato de que a maior revolução de toda a história não foi dirigida pelo partido que começou com bombas, mas pelo partido que começou com o materialismo dialético.

Quando os bolcheviques e os mencheviques ainda eram membros do mesmo partido, os períodos anteriores aos congressos (pré-congressos) e os próprios congressos, se caracterizavam, invariavelmente, por uma amarga luta contra a ordem do dia. Lênin tinha o costume de propor como primeiro ponto da ordem do dia questões como a clarificação da natureza da monarquia czarista, a análise do caráter de classe da revolução, a análise das etapas da revolução porque estávamos passando etc. Martov e Dan, líderes mencheviques, quase sempre objetavam: não somos um clube sociológico, mas um partido político; devemos chegar a um acordo não sobre a natureza de classe da economia czarista, mas sobre as "tarefas políticas concretas". Cito estas coisas de memória, mas não corro nenhum risco de estar equivocado porque estas discussões se repetiam todos os anos e acabaram tendo um caráter estereotipado. Poderia acrescentar que eu, pessoalmente, cometi não poucos pecados neste aspecto. Porém, a partir de então, aprendi algo.

Àqueles enamorados das "questões políticas concretas", Lênin sempre explicava que nossa política não era conjuntural, mas de caráter principista; que a tática está subordinada à estratégia; que para nós o interesse fundamental de toda campanha política consiste em guiar os trabalhadores até as questões gerais, partindo das questões particulares, coisa que lhes é ensinado pela natureza da sociedade moderna e pelo caráter de suas forças fundamentais. Os mencheviques sempre sentiam a urgente necessidade de dissimular as diferenças de princípios em seu conglomerado instável, através de evasivas, enquanto que Lênin, ao contrário, colocava diretamente, sem rodeios, as questões de princípio. Os argumentos comuns da oposição, contra a filosofia e a sociologia e a favor das "questões políticas concretas", não são mais do que uma repetição atrasada dos argumentos de Dan. Nem uma só palavra nova! É lamentável o fato de que Shachtman respeite a política de princípios do marxismo somente quando esta já tenha se envelhecido o suficiente para ir fazer parte de arquivos.

### **A dialética da discussão atual**

Quando examinamos a frente diplomática que cobre as premissas ocultas e a falta de premissas de nossos adversários, nós, os "conservadores", naturalmente contestamos: é possível realizar uma discussão frutífera sobre "questões políticas concretas", somente se especificarmos claramente quais são as premissas de classe que vocês tomam como ponto de partida. Não estamos obrigados a nos limitar àqueles tópicos da discussão que vocês selecionaram artificialmente. Se alguém tivesse proposto que discutíssemos como questões "concretas" a invasão da Suíça pela frota soviética ou a extensão do rabo de uma bruxa do Bronx, então eu teria razão em fazer, primeiro, as seguintes perguntas: a Suíça possui costa marítima? Existem bruxas?

Toda discussão séria se desenvolve a partir do particular: e ainda do acidental ao geral e fundamental. As causas e os motivos imediatos de uma discussão, na maior parte dos casos, são de um interesse somente sintomático. Possuem uma verdadeira importância política somente aqueles problemas que a discussão coloca em seu desenvolvimento. Para certos intelectuais, ansiosos em assinalar o "conservadorismo

burocrático" e deslançar seu "espírito dinâmico", pode parecer que as questões que se referem à dialética, ao marxismo, à natureza do Estado, ao centralismo, são colocadas "artificialmente" e que a discussão tomou uma direção falsa. O nó da questão, no entanto, consiste no fato de que a discussão tem sua própria lógica objetiva que não coincide, em nada, com a lógica subjetiva dos grupos e indivíduos. O caráter dialético da discussão procede do fato de que seu curso objetivo está determinado pelo conflito das tendências opostas e não por um plano lógico pré-concebido. A base materialista da discussão consiste no fato de que reflete a pressão de distintas classes. [...]

### **"Ciência" contra marxismo e "experimentos" contra programa**

[...]Por favor, releia uma vez mais sua própria declaração: "No lugar de uma política conservadora, devemos empregar uma política audaz, flexível, crítica e experimental, em uma palavra, uma política científica". Não poderia ter dito melhor! Porém, esta é exatamente a fórmula de todos os charlatães pequeno-burgueses, todos os revisionistas e, dos últimos, mas não menores, todos os aventureiros políticos que se contrapuseram ao "estreito", "limitado", "dogmático" e "conservador" marxismo.

Certa vez, Buffon disse: "O estilo é o homem". A terminologia política não é somente o homem, mas o partido. A terminologia é um dos elementos da luta de classes. Somente os pedantes sem vida podem não entender isso. No seu documento, você apaga, cuidadosamente — e ninguém mais a não ser você, camarada Burnham — não só palavras como dialética e materialismo, mas também a palavra marxismo. Você está acima de tudo isso. Você é um homem de ciência "crítica", "experimental". Exatamente pela mesma razão, você elegeu o qualificativo de "imperialismo" para definir a política exterior do Kremlin. Esta inovação o diferencia da terminologia demasiada embaraçosa da Quarta Internacional, ao criar fórmulas menos rigorosas, menos "religiosas", menos "sectárias", comuns a você — oh, feliz coincidência! — e à democracia burguesa.

Você quer experimentar? Mas permita-me recordar que o movimento operário possui uma larga história não isenta de experiências, ou se você preferir, de experimentos. Esta experiência tão custosamente adquirida cristalizou, na forma de uma doutrina determinada, o próprio marxismo, cujo nome você evita tão cuidadosamente. Antes de dar a você o direito de experimentar, o partido tem o direito de perguntar: Que método você vai utilizar? Henry Ford, dificilmente permitirá que um homem que não tenha assimilado as necessárias conclusões a partir do passado do desenvolvimento da indústria e dos inumeráveis experimentos já efetuados, venha fazer experiências em sua fábrica. Além disso, nas fábricas, os laboratórios de experimentação estão cuidadosamente separados da produção em massa. No terreno do movimento operário, os experimentos de curandeiros são ainda mais inadmissíveis, mesmo que se realizem sob a bandeira da "ciência" anônima. Para nós, a ciência do movimento operário é o marxismo. A ciência social sem nome, a Ciência com letra maiúscula, nós deixamos completamente à disposição de Eastman e seus semelhantes.

### **Sobre Stalin – Leon Trotsky**

Como sempre, Stalin atuava de modo empírico, pressionado por seu oportunismo natural, que sempre o empurrou em busca da linha de menor resistência. [...]

No X Congresso, em março de 1921, Stalin lera novamente seu inevitável relatório sobre a questão nacional. Como acontece com frequência no caso dele, pelo empirismo,

ele derivou generalizações, não de material vivo, não da experiência do governo soviético, mas de abstrações não relacionadas e sem coordenação. [...]

Os princípios nunca exerceram influência sobre Stalin, e na questão nacional talvez menos que em qualquer outra. A tarefa administrativa imediata parecia sempre maior que todas as leis da história. Em 1905, ele chegou a admitir o crescente movimento das massas apenas com a permissão do Comitê do Partido. Após a Revolução de Fevereiro quando essa máquina foi esmagada, juntamente com a ilegalidade, Stalin perdeu de vista a diferença entre menchevismo e bolchevismo. Finalmente, depois da conquista do poder, em outubro de 1917, todas tarefas, problemas e perspectivas se lhe subordinavam às necessidades do aparelho dos aparelhos, o Estado. Como Comissário das Nacionalidades, Stalin já não encarava a questão nacional do ponto de vista das leis históricas, plenamente obedecidas por ele em 1913, mas sob o aspecto da conveniência do escritório administrativo. Assim, necessariamente, tinha que estar em desacordo com as necessidades das nacionalidades mais atrasadas e oprimidas, e obter vantagens indevidas para o grande imperialismo burocrático russo.

Pag. 676

### **Sectarismo, Centrismo e a IV Internacional – Leon Trotsky**

Seria absurdo negar a existência de tendências sectárias em nosso meio. As discussões e cisões desnudam o fato ante nossos olhos. Como poderia deixar de haver um elemento de sectarismo em um movimento ideológico irreconciliavelmente oposto a todas as organizações dominantes na classe operária, e submetido a perseguições monstruosas e sem precedentes no mundo inteiro? [...]

Um pensador superficial poderia crer que os termos sectarismo, centrismo, etc, são apenas expressões polêmicas que os adversários empregam por carecer de epíteto mais apropriado. No entanto, os conceitos de centrismo e de sectarismo tem significados precisos no léxico marxista. O marxismo descobriu as leis que governam a sociedade capitalista e elaborou um programa científico baseado nas mesmas. É uma conquista colossal! No entanto, não basta elaborar um programa correto. É necessário que a classe trabalhadora aceite-o. Porém o sectário, por sua própria natureza, se detêm, uma vez cumprida a metade desta tarefa. Em lugar de participar ativamente na verdadeira luta das massas operárias, apresenta abstrações propagandísticas arrancadas de um programa marxista.

Todo partido operário, e toda fração atravessam em suas etapas iniciais, um período de propaganda pura, ou seja, de educação de seus quadros. O período de existência como círculo marxista, faz com que inevitavelmente seja interiorizado o hábito de focar os problemas do movimento operário de forma abstrata. Quem não é capaz de transcender oportunamente os limites desta existência limitada se transforma em um sectário conservador. Para o sectário, a vida social é uma grande escola e ele seu professor. Em sua opinião a classe operária deveria deixar de lado as questões de pouca importância e agrupar-se ao redor de sua tribuna professoral. Assim as tarefas se realizariam.

Ainda que nomeie a Marx em cada frase, o sectário é a negação direta da dialética, que sempre toma a experiência como ponto de partida para logo voltar a ela. O sectário não compreende a ação e a reação dialética entre um programa acabado e a luta viva – ou seja, imperfeita e não acabada – das massas. O método intelectual do

sectário é o do racionalista, do formalista, e o do iluminista. Em certa etapa do processo histórico o racionalismo é progressista, apontando suas críticas contra as crenças e superstições cegas (o século XVIII!). Todo grande movimento emancipador repete a etapa progressista do racionalismo. Porém o racionalismo (propagandismo abstrato) torna-se um fator reacionário, quando se dirige contra a dialética. O sectarismo é inimigo da dialética (não em palavras, mas sim na ação) porque volta as costas ao verdadeiro processo que vive a classe operária.

O sectário vive num mundo de formulas pré-fabricadas. Em geral, a vida passa ao seu redor sem que ele se aperceba de sua presença, porém de tanto em tanto a vida lhe dá um golpe que lhe faz girar 180 graus ao redor de seu próprio eixo; e em seguida continua seu caminho...na direção contrária. Sua discrepância com a realidade obriga-o constantemente a precisar suas formulas. Chama a isso de discussão. Para o marxista, a discussão é uma arma importante, porém funcional da luta de classes. Para o sectário, a discussão é um fim em si mesmo. No entanto, quanto mais discute, menos compreende as verdadeiras tarefas. É como um homem que sacia sua sede com água salgada: quanto mais bebe, mais sede tem. Daí sua irritação constante. Mas quem colocou sal no copo? Os "capituladores" do Secretariado Internacional, lógico! Para o sectário, todo aquele que trata de explicar-lhe que a participação ativa do movimento operário exige o estudo permanente da situação objetiva em lugar dos conselhos altaneiros pronunciados da tribuna professoral sectária, é um inimigo. Em lugar de dedicar-se a analisar a realidade, o sectário se dedica às intrigas, aos rumores e à histeria.

Neste sentido, **o centrismo se opõe ao vértice ao sectarismo: aborrece-lhe as formulações precisas, trata de encontrar caminhos para a realidade por fora da teoria.** Porém, apesar da famosa frase de Stalin, os "antípodas" muitas vezes resultam ser..."gêmeos"<sup>22</sup>. Uma formula separada da vida carece de conteúdo. Não se pode apreender a realidade viva sem teoria. Assim vemos que os dois, o sectário e o centrista, vão com as suas mãos vazias e se unem...em seu ódio contra o marxista autêntico.

Quantas vezes não encontramos com um centrista satisfeito que se intitula "realista", simplesmente porquê se lança a nadar sem nenhuma bagagem ideológica e se deixa levar por qualquer corrente passageira. É incapaz de compreender que para o nadador revolucionário, os princípios não são um peso morto, mas sim um salva-vidas. O sectário, por sua parte, geralmente não quer nadar para evitar que molhem os seus princípios. Se senta na margem e pronuncia conferências moralizantes ante a torrente da luta de classes. Porém, de tanto em tanto, um sectário desesperado coloca a cabeça para fora d'água, se apega ao centrista, e ambos se afogam. Assim foi; e assim será sempre.

Nesta época de desintegração e dispersão encontramos nos distintos países mais de um círculo que adquire um programa marxista, geralmente tomado dos bolcheviques, e que após isso vai ossificando sua bagagem ideológica.

Vejamos, por exemplo, o espécime mais típico: o grupo belga dirigido pelo camarada Vereecken. Spartakus, o órgão desse grupo, anunciou em 10 de agosto sua adesão a IV Internacional. Este anúncio foi uma boa notícia. Porém, ao mesmo tempo, é necessário dizer que a Quarta Internacional estaria condenada à morte se fizesse concessões às tendências sectárias.

---

22 A famosa expressão de Stalin no "Terceiro Período" dizia que a social-democracia e o fascismo não eram antípodas (opostos) mas sim gêmeos.



Em seu momento, Vereecken se opôs contundentemente ao entrismo da Liga Comunista francesa no Partido Socialista francês. Isto não é um crime: trata-se de um problema novo, um passo arriscado e as diferenças eram totalmente lícitas. Em certo sentido, os exageros da luta ideológica também eram lícitos ou, ao menos inevitáveis. Vereecken vaticinou a ruína inexorável da organização internacional bolchevique-leninista como resultado de sua dissolução na Segunda Internacional. Aconselharíamos a Vereecken que voltasse a publicar no jornal Spartakus seus documentos proféticos de ontem. Porém isso não é o pior. O pior é que em sua última declaração Spartakus assinala de forma ambígua que a seção francesa manteve-se fiel a seus princípios "poderíamos dizer em grande medida". Se Vereecken atuasse como político marxista, nos diria clara e concretamente em que se desviou a seção francesa de seus princípios e haveria de responder direta e francamente à pergunta: Quem teve razão, os adversários ou os partidários do entrismo?

A atitude de Vereecken para com a nossa seção belga, que entrou no Partido Trabalhista (POB) reformista, é ainda mais errônea. Em lugar de estudar as experiências derivadas do trabalho sob novas condições, e de criticar as medidas adotadas se o merecessem, Vereecken queixa-se das condições em que se realizou a discussão na qual foi derrotado. A discussão, vejam vocês, foi incompleta, inadequada e desleal: a água salgada não acalmou a sede de Vereecken. Não existe um "autentico" centralismo democrático na Liga Comunista Internacional! Com relação aos adversários do entrismo, a Liga mostrou-se..."sectária".

É evidente que a concepção do camarada Vereecken sobre o sectarismo não é marxista, mas sim liberal: nisto aproxima-se dos centristas. Não é correto que a discussão foi inadequada; durou vários meses e desenvolveu-se oralmente e através de nossa imprensa e, para cumulo, a nível internacional. Quando Vereecken fracassou em seu intento de convencer aos demais de que ficar quieto e perder tempo é a melhor política revolucionária, se negou a respeitar as decisões das organizações nacionais e internacionais. Mais de uma vez os representantes da maioria disseram a Vereecken que se a experiência demonstrava que a medida resultasse incorreta, iríamos corrigi-la juntos. É compreensível que depois de doze anos de luta dos bolcheviques-leninistas não se tenha suficiente confiança na Organização para manter a disciplina na ação, ainda que existam diferenças táticas? Vereecken fez caso omissos dos argumentos fraternais e conciliadores. Quando a maioria da seção belga entrou no Partido Trabalhista, o grupo de Vereecken se encontrou, logicamente, fora de nossas fileiras. A culpa disso recaiu sobre o próprio grupo.

Voltando ao eixo do problema, o sectarismo do camarada Vereecken ressalta com todo seu grosseiro dogmatismo. Como!, grita Vereecken, indignado: Lenin falou de romper com os reformistas, porém os bolcheviques-leninistas belgas ingressam em um partido reformista! Porém Lenin considerava a ruptura com os reformistas como consequência inevitável da luta contra eles, não como um ato de salvação independente de tempo e de lugar. Não pediu a ruptura com os sociais-patriotas para salvar sua alma, mas para que as massas rompessem com o social-patriotismo. Na Bélgica, os sindicatos então unidos com o Partido Trabalhista Belga; o partido belga é essencialmente o movimento operário organizado.

É certo que o entrismo dos revolucionários no Partido Trabalhista Belga não somente abriu possibilidades, mas também impôs restrições. Para fazer propaganda das ideias marxistas é necessário ter em conta, não somente a legalidade que lhe outorga o Estado burguês, mas também a legalidade existente no partido reformista (legalidades,

que acrescentamos, coincidem em grande medida). Em termos gerais, a adaptação a uma "legalidade" exterior envolve indubitavelmente um elemento de perigo. Porém isso não impediu aos bolcheviques utilizar a própria legalidade czarista: durante muitos anos, os bolcheviques em assembleias sindicais e na imprensa legal tiveram que abandonar o nome de socialdemocratas e usar o de "democratas consequentes". É verdade que não saíram totalmente impunes: o bolchevismo atraiu uma série de indivíduos que eram democratas mais ou menos consequentes, mas de nenhuma maneira socialistas internacionalistas; no entanto, combinando o trabalho legal com o ilegal, o bolchevismo superou as dificuldades.

É claro que a "legalidade" de Vandervelde, de De Man, de Spaalt e outros lacaios da plutocracia belga impõe restrições muito pesadas aos marxistas e, em consequência, criam perigos. Porém os marxistas que todavia não possuem as forças suficientes para criar seu próprio partido, tem métodos próprios para combater os perigos do cativo reformista: um programa claro, vínculos fraternais constantes, crítica internacional, etc, etc. Só se pode julgar corretamente a atividade da ala revolucionária de um partido reformista avaliando a dinâmica de seu desenvolvimento. [...]

O Manifesto Comunista de Marx e Engels, dirigido contra o socialismo utópico-sectário em todas as suas variantes, assinala energicamente que os comunistas não se opõem às mobilizações reais da classe operária, pelo contrário: eles participam como vanguarda das mesmas. O Manifesto era por sua vez o programa de um partido novo, nacional e internacionalmente. Para o sectário, o programa é uma receita de salvação. O centrista guia-se pela famosa fórmula (no fundo, carente de significado) de Eduard Bernstein: "O movimento é tudo; o objetivo final...nada".<sup>23</sup> O marxista toma o seu programa científico do movimento em seu conjunto, para aplicá-lo depois em cada etapa concreta do movimento. [...]

### Questões para debate

1) Baseado nos textos de referência, indique como o pensamento formal e não dialético pode implicar em graves erros na avaliação da relação entre crise econômica e revolução.

a) Faça o mesmo com relação a concepção empirista na determinação do caráter de classe da ex-URSS. Como exemplo, comente a frase de Tony Cliff "o marxismo subordina **sempre** a forma ao conteúdo".

2) A moral burguesa, grosso modo, se divide em dois grandes campos: a moral dos princípios e virtudes eternas (kantiano-aristotética) e a moral dos fins (utilitarismo). Em que sentido a concepção dialética da moral, a moral revolucionária, escapa destes dois grandes campos da moral burguesa?

<sup>23</sup> Eduard Bernstein (1850-1932): principal teórico do revisionismo na social-democracia alemã. Sustentava que o marxismo havia deixado de ser válido e devia ser "revisado"; o socialismo (para Bernstein) não seria produto da luta de classes e da revolução, mas sim da reforma gradual do capitalismo por vias parlamentares. Defendia a colaboração de classes.

3) Explique como análises não dialéticas da realidade podem resultar no oportunismo, no centrismo, no sectarismo. Quais são os métodos típicos destes desvios do marxismo e em que sentido eles se divergem da dialética?

4) Os mencheviques Dan e Martov, objetando Lênin que insistia em debates sobre o caráter de classe da Rússia e as etapas da revolução, diziam: "não somos um clube sociológico, mas um partido político; devemos chegar a um acordo não sobre a natureza de classe da economia czarista, mas sobre as "tarefas políticas concretas"".

a) Com base nessa afirmação, explique como Dan e Martov confundiam abstrato e concreto, tomando o abstrato como concreto e o concreto como abstrato.

## Referências para continuidade dos estudos

Como procurou-se demonstrar ao longo deste curso, não existe “um método” dialético separado do objeto que se procura expor dialeticamente. Por esse motivo, a principal referência para estudar o tema é *O Capital* de Marx. Complementarmente, nos *Grundrisse*, primeiro esboço de *O Capital*, a questão do método dialético de exposição é tornado explícita em diversos momentos. Marx escreveu, ainda, um texto denominado “Método da economia política” que normalmente acompanha tanto as edições dos *Grundrisse* como da *Contribuição para a Crítica da Economia Política* e que aborda nosso tema diretamente. Existem três traduções completas de *O Capital* em língua portuguesa. A primeira da editora Civilização Brasileira, a segunda pela Abril Cultural - integrando a conhecida coleção dos Economistas - e a terceira da Boitempo Editorial. Todas as três são boas traduções, sendo que as duas últimas são mais precisas do ponto de vista técnico, enquanto a primeira prioriza a facilidade da leitura. A tradução recente da Boitempo é a mais precisa, mas a de custo mais elevado. A tradução da Abril Cultural, além de ter boa qualidade, é muito acessível financeiramente e relativamente fácil de encontrar em sebos e pela internet.

- 1) *O Capital: Crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’ana. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira.
- 2) *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural
- 3) *O Capital*. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971a.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

**Comentadores:** O primeiro grande trabalho que analisou a estrutura dialética de *O Capital* de Marx foi *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx* de Roman Rosdolsky. Trata-se, sem dúvida, da referência mais importante.

Rosdolsky, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1968] 2001.

Outro bom trabalho que estuda o tema da dialética de *O Capital*, mas explorando com maior amplitude seus aspectos filosóficos e sua interface com as demais correntes da filosofia alemã do período é:

ZELNY, J. *La estructura lógica de "El capital" de Marx*. México: Grijalbo, 1974.

Ao menos três artigos podem ser considerados marcos importantes na análise da dialética como modo de exposição. São eles:

FULDA, H.F. *Tese para a Dialética como método de exposição (no Capital de Marx)*; in *Crítica Marxista* 45.

Müller, Marcos Lutz. *Exposição e Método Dialético em "O Capital"*. In: *Marx. Boletim SEAF-MG*, v. 2,. Belo Horizonte, 1983, p.17-41.

BENOIT, Hector. *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. *Revista Crítica Marxista*, v. 3, p. 14-44, 1996.

Dos livros que perpassam o conjunto da estrutura expositiva de *O Capital* respeitando e dando ênfase no modo de exposição dialético destacamos:

GRESBAN, Jorge. *O Negativo do Capital*, São Paulo: Hucitec, 1999 (existe uma edição mais recente pela Expressão Popular)

ANTUNES, Jadir. *Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O Capital de Marx*. Campinas: Unicamp/IFCH (Tese de Doutorado em Filosofia), 2005. (Existe uma versão reduzida, do mesmo autor, publicada na forma de livro).

Da corrente que procura mostrar os vínculos estreitos entre *O Capital* de Marx e a *Ciência da Lógica* de Hegel, não sem um certo exagero, chamamos atenção para a publicação recente em língua portuguesa:

ARTHUR, Christopher J. *A nova dialética e "O capital" de Marx*. Trad. Pedro C. Chadarevian. São Paulo: Edipro, 2016.

As anotações de Lênin sobre Hegel, em particular sua *Ciência da Lógica*, podem ser encontradas em mais de uma edição. Destacamos que estas anotações não são facilmente compreensíveis sem um estudo anterior do próprio Hegel:

LENIN, W. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. (extratos)

LENIN, V. I. *Cadernos filosóficos. Obras escolhidas (6º volume)*. Lisboa: Moscú: Edições Avante, Edições Progresso, 1989.

LÊNIN, V. I. *Cadernos filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Para um estudo do pensamento de Hegel, e o papel da dialética em seu interior, sugerimos, como texto mais acessível, o seguinte:

HEGEL, G. W. F. *Introdução à História da Filosofia*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo, SP: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores). Obs: existem outras traduções desse mesmo texto.

Um estudo fundamental que trata de uma abordagem dialética na interpretação de textos filosóficos, bem como da dialética em Platão, pode ser encontrada em:

BENOIT, Hector. *Platão e as Temporalidades: A Questão Metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015.

BENOIT, Hector. *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017.